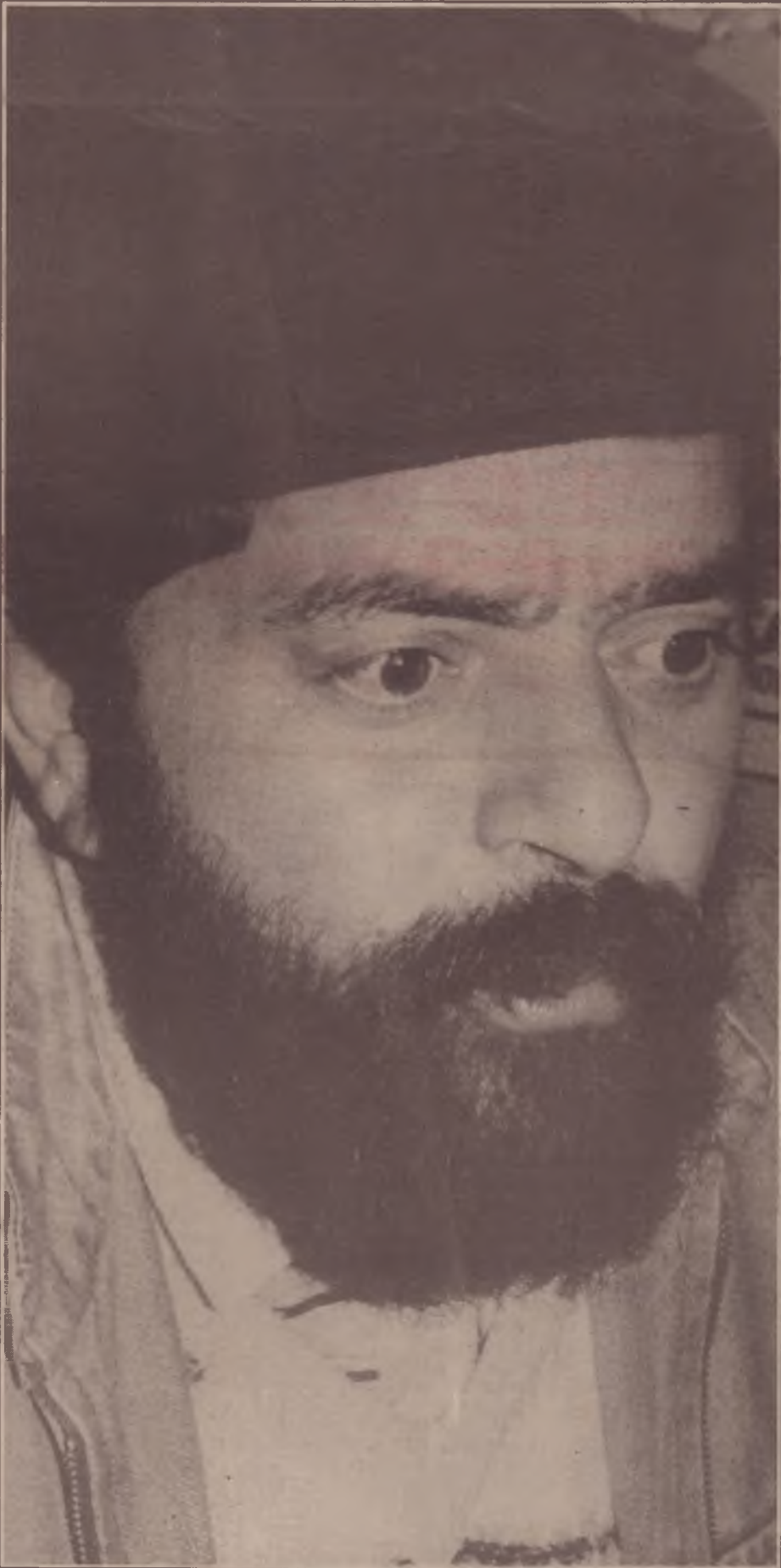


EM TEMPO:

Periódico Nacional. Ano IX. Outubro/Novembro. Cz\$ 4,00. Nº 213.

José Luiz do N. Alves



LULA

Entrevista exclusiva

O PT e as eleições

O desabafo de Lula na reta final da campanha

(Págs. 8 e 9)

Mandel analisa economia mundial

(Págs. 12 e 13)

Exército reprime grevistas

(Pág. 7)



Suzana Pires

Governo trama o descongelamento

Constituinte

As cartas estão lançadas

O autoritarismo atravessa a história do Brasil de ponta a ponta. Da Independência em 1822 até hoje o país esteve sob sete constituições. Destas, apenas três foram elaboradas por assembleias constituintes, e mesmo assim com escassa participação popular. O que esperar da próxima?

Raul Pont

Na noite de 1º de fevereiro de 1987 terá início os trabalhos do Congresso Constituinte que será aberto no dia 15 de novembro próximo. Constituído por 559 membros, sendo 7 deputados federais e 72 senadores (dos quais 23 foram eleitos em 82), o Congresso Constituinte reunir-se-á em asilão sem prazo para encerramento de seus trabalhos.

Há cerca de um mês uma pesquisa Ibope revelava dados a princípio esprevedores. Nada menos, nada mais e 82% da população brasileira não sabia o que era uma constituinte. Entretanto, para um país que já teve sete constituições e apenas três foram votadas, se no dia 15 de novembro esse índice estiver diminuído para 50% já se poderá caracterizar um avanço.

Na verdade, desde hoje se pode caracterizar o futuro Congresso Constituinte como um fórum conservador cuja função será tentar concluir com feição de ouro o processo de transição a cima iniciado com a eleição de Nereu de Faria no Colégio Eleitoral. Para isso, a "Nova República" não deixou esforços. Primeiro, procurou impedir a todo custo essa hegemonia ocorrendo a discussão do novo texto constitucional na camisa de força do Congresso Nacional. As regras do jogo do Congresso diminuem enormemente a representação dos grandes centros urbanos, e, portanto, do voto operário, frente das regiões periféricas do país onde o voto é muito mais controlado pelo conservadorismo e pelo poder econômico. O exemplo extremo dessa desproporção se revela na comparação entre o Acre e São Paulo. Um voto no Acre vale por 23 em São Paulo. Isso ocorre, pelo sistema atual de representação herdado da ditadura militar — que criou para garantir aprovação de seus projetos — o estado mais industrializado da federação, que tem 21% da população do país, elege apenas 60 deputados federais, enquanto o Acre, com 0,41% da população, elege 8 deputados.

Dura batalha parlamentar

Não bastasse isso, a "Nova República" obrigou a combinação da discussão sobre a futura constituição do país com a discussão dos futuros executivos estaduais de todo o país. A polarização

em cada estado vem girando sobre a escolha do futuro governador e não em torno das propostas para a futura constituição, tema que sem dúvida terá um alcance e implicação bem maior sobre o cotidiano dos brasileiros que um mandato executivo de quatro anos.

A burguesia sabe da importância da composição do futuro Congresso Constituinte para manutenção dos seus privilégios. Pouco afeita a democracia, temerosa de um transbordamento do processo, vem procurando no último ano trabalhar cuidadosamente para a eleição de seus candidatos e contra os candidatos dos trabalhadores ou mesmo progressistas. Não é por outro motivo que abriu uma guerra contra o PT e a CUT, fixou regras completamente desfavoráveis aos trabalhadores no uso do espaço gratuito de rádio e tv, e investiu bilhões de cruzados em seus candidatos.

Ocorre que neste Congresso Constituinte alguns temas-chaves estarão em

discussão: a reforma agrária, a liberdade de organização política e sindical, os direitos civis, a dívida externa, o poder dos militares no interior do estado, a questão da propriedade, os direitos da mulher, enfim, um conjunto de temas cujo ordenamento jurídico terá implicações diretas na vida de todo brasileiro. Em torno de cada um deles deverá se travar uma dura batalha parlamentar, reflexo da luta que se desenvolve nas ruas, nas fábricas e nos campos. Em torno de cada um deles, tanto a burguesia quanto os trabalhadores têm interesses imediatos e históricos a defender.

Três posições

Na história da esquerda brasileira uma polêmica sempre esteve presente. Havia aqueles que eram contrários à reivindicação da Constituinte sob o argumento de que ela seria um instrumento de legitimação do poder burguês. Havia, de outro lado, os que julgavam uma panacéia para todos os males, a ante-sala para o socialismo. Com uma posição mais lúcida se encontrava os que a caracterizavam como elemento globalizador da luta democrática, um espaço para o avanço político dos trabalhadores, mas sem ilusões maiores quanto ao seu alcance na medida mesmo em que a questão do poder não se define pela via parlamentar.

A luta política no Brasil tem revelado a terceira hipótese mais acertada. Não apenas isso, mas também se torna

cada dia mais claro que, para os trabalhadores, é muito melhor uma situação em que seja possível discutir, reunir em seus sindicatos, organizar seus partidos políticos, do que aquela vivida sob a ditadura militar. Nesse processo constituinte, portanto, se trata de consolidar alguns avanços obtidos na luta de classes nos últimos e trabalhar para arrancar novas conquistas, articulando-se com uma perspectiva democrática e socialista.

Nas palavras do professor Florestan Fernandes, candidato pelo PT em São Paulo à Constituinte, "as cartas estão lançadas. O Congresso Constituinte poderá gerar um monstro, tanto quanto poderá produzir um constituinte à altura das exigências históricas do presente. E isso vai depender do modo pelo qual as esquerdas e os radicais se comportem diante de tais exigências, unindo-se como uma força social favorável à revolução democrática ou enquadrando-se às bandeiras traiçoeiras da "transição conservadora" e da "Nova República".

Talvez a expectativa de Florestan seja otimista em demasia. De qualquer forma, a articulação de um pólo à esquerda, com uma perspectiva classista, no futuro Congresso Constituinte é, desde já, uma tarefa essencial para inviabilizar a consolidação do projeto da "Nova República".

Raul Pont é secretário-geral do PT gaúcho e candidato a deputado estadual.

O Congresso Constituinte em números

O sistema de representação no Congresso Nacional foi elaborado pela Ditadura Militar para garantir aprovação aos seus projetos. Nele, há uma distorção no sentido de garantir uma maioria conservadora suficiente para, por exemplo, ter impedido a aprovação da emenda das Diretas Já. Se houvesse uma representação proporcional entre a população de cada estado e o número de representantes na Câmara dos Deputados, São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná elegeriam mais 49 deputados, e os estados menos industrializados do país elegeriam menos 49 representantes na Câmara.

Outra distorção na Constituinte é que cada estado entra com três senadores, independente

do número de eleitores ou de sua população. Se contabilizarmos este fato, a distorção fica maior ainda.

Para qualquer um é evidente que o eleitorado paulista ou gaúcho, por exemplo, é muito mais à



esquerda que o eleitorado do Acre ou do Mato Grosso. A começar por aí, uma enorme parcela da população brasileira, notadamente os trabalhadores, terá sua vontade desrespeitada pelo Congresso Constituinte.

Congresso — Constituinte

Estados e Territórios	Câmara dos Deputados			Senado
	(1)	(2)	(3)	(4)
Acre	8	301.605	1	3
Alagoas	9	1.987.581	8	3
Amapá (5)	4		1	—
Amazonas	8	1.432.066	6	3
Bahia	39	9.474.263	39	3
Ceará	22	5.294.876	22	3
Distrito Federal	8		5	3
Espírito Santo	10	2.023.821	8	3
Goiás	17	3.865.482	12	3
Maranhão	18	4.002.599	17	3
Mato Grosso	8	1.141.661	5	3
Mato Grosso do Sul	8	1.370.333	5	3
Minas Gerais	53	13.390.805	55	3
Pará	17	3.411.868	14	3
Paraíba	12	2.772.600	11	3
Paraná	30	7.630.466	31	3
Pernambuco	25	6.137.102	25	3
Piauí	10	2.140.066	9	3
Rio de Janeiro	46	11.297.327	47	3
Rio Grande do Norte	8	1.899.720	8	3
Rio Grande do Sul	31	7.777.212	32	3
Rondônia	8	491.810	2	3
Roraima (5)	4		1	—
Santa Catarina	16	3.628.751	15	3
São Paulo	60	25.040.698	104	3
Sergipe	8	1.141.834	5	3

(1) O número de deputados que apresentamos é o do último mandato.

(2) População por estado do último censo do IBGE.

(3) Número de deputados caso fosse respeitada a proporcionalidade.

(4) Número de senadores por estado.

(5) Territórios: elege deputados mas não elege senadores.

Os trabalhadores e a Constituinte

Paulo Cezar da Rosa

Lula, em sua entrevista ao *Em Tempo*, manifesta uma aguda consciência de que o terreno eleitoral é desfavorável à classe trabalhadora. Tem claro, ao mesmo tempo, que as eleições são um prolongamento da luta de classes, uma forma mascarada através da qual patrões e trabalhadores se enfrentam.

O raciocínio é correto também para o Congresso Constituinte que vai surgir das urnas dia 15 de novembro. Os patrões tentarão utilizá-lo como um freio à luta dos trabalhadores. Diante de cada reivindicação, de cada luta, de cada greve, dirão que é necessário esperar que a Constituinte resolva. Isso porque, mesmo que as pesquisas eleitorais de que todos temos conhecimento hoje sejam extremamente deturpadas, é fácil perceber que o Congresso Constituinte terá uma hegemonia conservadora maior até do que muitos de nós esperávamos. Ou seja, deste Congresso Constituinte não se pode esperar a aprovação de uma reforma agrária ampla, a instalação efetiva das liberdades democráticas, o não pagamento da dívida externa ou a liberdade e autonomia sindical.

Quebram as regras do jogo

Nesse quadro, podem surgir algumas perguntas que precisam ser respondidas. Por exemplo: Qual o sentido de participar do Congresso Constituinte se sabemos de antemão que ele terá uma hegemonia conservadora? Acumular forças para no futuro obter uma maioria parlamentar, e começar a partir daí um processo de implantação das transformações sociais necessárias? Tentar melhorar a Constituição aceitando as regras do jogo?

Na verdade, não participar do processo constituinte, mesmo com todas as restrições impostas pelo governo, teria sido um desastre. A burguesia ficaria com as mãos livres para apresentar ao povo aquilo que não conseguiu com a eleição de Tancredo e Sarney através

do Colégio Eleitoral: um grande "consenso nacional". Na eleição de Tancredo, a condição para denunciar a manobra era não participar do Colégio. Na questão da Constituinte, a condição mudou. É preciso participar para impedir o "consenso" e ter espaço para apresentar as reivindicações dos trabalhadores.

Mais uma frente de luta

A postura também não pode ser a de acumular postos parlamentares para no futuro obter uma maioria capaz de dar início às transformações sociais. É evidente que quanto maior for o número de postos parlamentares controlados pelos trabalhadores, melhores serão as condições para a classe operária. Entretanto, é uma ilusão pensar que a questão do poder se resolve no terreno parlamentar, que com uma maioria parlamentar se possa chegar ao socialismo. Essa estratégia não se comprovou na história e onde ela foi aplicada levou a derrotas profundas do movimento operário. Precisamos acumular forças, mas compreendendo que a frente parlamentar é apenas mais uma frente de luta na qual ter uma força expressiva é importante mas ter uma hegemonia não é de forma alguma decisivo.

De outro lado, será necessário lutar no interior do Congresso Constituinte para extrair dele as leis mais favoráveis ao movimento operário e popular que forem possíveis. Mas isso não significa que se deva aceitar as regras do jogo e assinar embaixo da nova Constituição. É possível, e provável, que o Congresso Constituinte absorva e incorpore ao novo texto constitucional algumas reivindicações parciais importantes do movimento operário e popular. Globalmente, entretanto, também é possível e provável que as questões mais importantes permaneçam mais ou menos como estão. Nessa hipótese, assinar embaixo do texto constitucional será o mesmo que se dobrar diante das imposições e manobras da burguesia.

Editorial

Furar o cerco da "maré conservadora"



Comício do PT em São Paulo: 20 mil petistas, a garra e as bandeiras, apesar da chuva.

Apoiada nas tendências gerais apontadas pelas pesquisas eleitorais, a imprensa burguesa vem martelando a idéia de que a próxima Constituinte terá uma avassaladora maioria conservadora. Festeja-se sobretudo a força demonstrada pelo arenão peemedebista, que elegeu 70% do Congresso Constituinte e quase uma vintena de governadores.

A baixa votação atribuída ao PT nas pesquisas (com exceção do Rio e São Paulo, o partido teria uma votação muito pequena), algumas derrotas importantes de greves e a dificuldade de mobilização em algumas categorias sugeriria a existência de uma maré conservadora. A transição burguesa estaria caminhando de forma irreversível para um final feliz para as classes dominantes.

A imprensa burguesa está no seu papel: trata de amplificar, aumentar a dimensão, destacar a importância dos sucessos políticos dos partidos burgueses. O nosso papel é outro: é debater com realismo o que está ocorrendo, apontar propostas de transformação, de atuação.

A realidade é outra

Em primeiro lugar, se o PT provavelmente não terá um resultado eleitoral explosivamente positivo como ocorreu em 1985, ele terá certamente uma ampliação dos votos em relação às eleições gerais de 1982. Sua bancada parlamentar será certamente mais forte que a atual.

Em segundo lugar, há nas informações veiculadas pelas pesquisas eleitorais uma dupla deformação. Aquela das próprias pesquisas, que já caíram no descrédito generalizado frente as deturpações, diferenças de projeções de uma em relação às outras etc; e a outra deformação desse processo eleitoral realizado com um nível precaríssimo de democracia e sujeito a um alto grau de corrupção financeira. Essa maioria parlamentar atribuída à Aliança Democrática não é nem sólida nem estável.

Dito isto, é importante reconhecer que a Aliança Democrática colhe os

frutos políticos de suas iniciativas a partir do Plano Cruzado. O PMDB, identificado como partido no poder, é beneficiado pela iniciativa do congelamento dos preços. Neste ano, a economia experimentou a continuidade de um crescimento econômico significativo: sem partilhar da ilusão de que o Plano Cruzado teve algum efeito redistribuidor da renda, houve de fato uma ampliação da massa salarial no período até mesmo pela expansão do nível de emprego.

Mais importante ainda, o governo Sarney conseguiu quebrar o processo de unificação das lutas encabeçado pela CUT neste ano e impor algumas derrotas parciais importantes a movimentos grevistas, através do uso mais pesado da repressão. Sabemos que quando as conquistas não são obtidas através do processo coletivo da luta, a tendência da grande massa é de transferir para o plano eleitoral, no voto a candidatos que prometem soluções aparentemente viáveis para os seus problemas, as suas esperanças numa vida melhor.

Dois grandes desafios

Entendida assim, essa "maré conservadora" pode ser enfrentada. Seria descrever completamente a capacidade de luta da classe trabalhadora dar por suposto que a transição burguesa teria já conseguido construir os alicerces de uma estabilidade duradoura e de uma dominação sólida.

Além de confiar na força dos trabalhadores — amplamente demonstrada pela quantidade de greves ocorridas neste ano — o PT e a CUT terão que dar, de forma articulada, a resposta a dois grandes desafios.

O primeiro deles é como participar do processo Constituinte, criando desde já as bases para um movimento de contestação de suas decisões estreitas e limitadas. O segundo é como ir já articulando a resposta unificada dos trabalhadores às novas medidas econômicas anti-populares que certamente vão ser tomadas após as eleições.

Estarão aí as possibilidades de romper o círculo de ferro que a burguesia, com tenacidade, procura construir em volta do novo regime.

Os nossos

No início de setembro, Ricardo Raimundo Gomes, o "Tigrão", faleceu em S. Paulo. Gaúcho, militante comunista desde 1968, Ricardo tinha uma sensibilidade à flor da pele. Sensibilidade essa que o fez abandonar a medicina e seguir sua vocação de bailarino, mas não o impedia de acordar de madrugada uma vez por semana e atender voluntariamente às crianças da periferia.

Depois de sua morte, não encontrei uma pessoa que tivesse conhecido aquela figura alta, eternamente vestida de preto, e não ficasse um pouco mais desencantada com a vida.

Pois é, Ricardo, a gente vai continuar a batalha, mas juro que, sem você, tudo é mais difícil.

Jayme Brener



Governo trama o descongelamento



Novas medidas anti-populares estão sendo estudadas. E o desafio de unificação das lutas se tornará cem vezes maior.

A menos de um mês das eleições, já é público e notório que o governo Sarney trama o descongelamento oficial dos preços e um conjunto de outras medidas de política econômica de conteúdo antipopular. As notícias veiculadas pela imprensa dão conta de que o que se discute apenas é como e em que ritmo fazer o descongelamento.

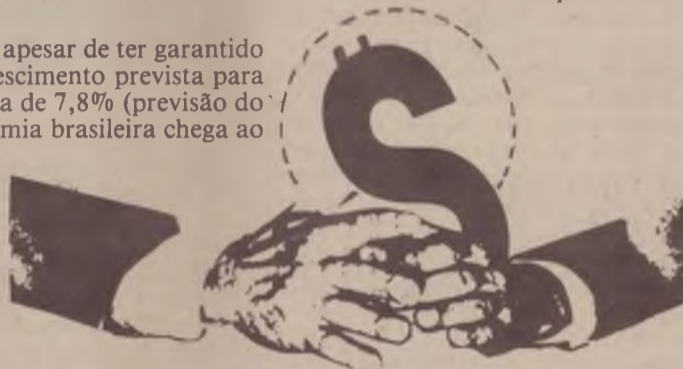
As divergências no âmbito do governo seriam de dois tipos. A primeira delas se refere ao ritmo do descongelamento: há os que defendem um descongelamento abrupto e outros que o querem gradual. O descongelamento abrupto dos preços viria acompanhado da eliminação da garantia embutida quando da edição do Plano Cruzado de que os salários teriam reajuste automático toda vez que a inflação atingisse o índice de 20%.

Por outro lado, discute-se a possibilidade de colocar em prática um descongelamento seletivo, liberando os preços apenas dos produtos considerados de consumo não essencial, em geral adquiridos por trabalhadores de faixa de renda mais elevada. Nesse caso, no sentido de evitar o disparo do gatilho da correção automática dos salários seria elaborado uma nova forma de calcular a inflação, que desconsiderasse ou desse menos relevância exatamente aos produtos de preços liberados.

As duas opções, é claro, seriam desfavoráveis aos trabalhadores, incidindo, porém, de forma diferenciada sobre os diversos níveis salariais. Mais além disso, outras medidas estariam sendo estudadas: cortes nos gastos estatais (inclusive com demissões massivas em alguns setores), aumento do imposto sobre a renda, incentivos ao investimento privado.

Problemas acumulados

O fato é que, apesar de ter garantido uma taxa de crescimento prevista para este ano de cerca de 7,8% (previsão do IPEA), a economia brasileira chega ao



final destes seis meses de Plano Cruzado batendo pino e carregando condições graves, não resolvidas e acumuladas.

O cerne dos problemas continua sendo o da dívida externa. O governo usufruiu este ano de um fôlego extra proporcionado pela queda dos preços do petróleo e das taxas de juros interna-

cionais. Este fôlego, no entanto, parece estar se esgotando. A pretensão do Brasil de obter uma redução do pagamento dos juros da dívida de 4,5 para 2,5% do PIB não obteve eco nas negociações realizadas com os organismos internacionais. O Brasil continua pagando um "spread" (taxa de risco) das mais elevadas, em torno de 2,0%.

Acresce ao pagamento dos juros, o fato de que continua a sangria dos dólares para fora do país: os investimentos estrangeiros estão praticamente paralisados, enquanto aumentam as remessas de lucros. Espera-se para 1986, a remessa de 1,1 bilhão de dólares para fora do país. A descapitalização do país é brutal: entre 1982 e 1985, houve no total uma evasão líquida de 50 bilhões de dólares.

Por fim, já verificou-se no mês de setembro e, ao que tudo indica, continuará ocorrendo nos próximos meses

também uma diminuição importante das reservas cambiais do país nos últimos meses.

Vinculado ao problema da dívida, está a questão do déficit estatal. Contrariamente à previsão do governo de zerá-lo este ano, ele deverá ser de 5,4% do PIB. Isto significa que o Estado continua bastante imobilizado no que diz respeito ao financiamento da retomada dos investimentos.

Um outro problema central, expressão dos anteriores, é o dos juros interinos que estão hoje em um nível muito elevado, semelhante ao verificado no último período do governo Figueiredo.

Refletindo estes problemas, as multinacionais e as grandes empresas nacionais ainda não retomaram de forma importante os investimentos, em um momento em que a capacidade ociosa da indústria está cada vez mais comprometida.

Um problema político

Como denunciemos quando da edição do Plano Cruzado, este obedecia a um objetivo político bem determinado. Como se viu, o Plano Cruzado — com o congelamento dos preços — funcionou como o grande cabo eleitoral do governo nestas eleições e como o grande argumento para justificar um endurecimento patronal e governamental em relação aos processos grevistas.

Agora, com o acúmulo político que procurará extrair do resultado das eleições, o governo procurará de novo investir sobre os direitos dos trabalhadores. A CUT que este ano não conseguiu cumprir o calendário inicialmente traçado de unificação das lutas, se verá logo confrontada a um desafio de uma urgência cem vezes maior.

México e Argentina



Atrelados à espiral da dívida

Enquanto o Plano Austral começa a naufragar o México galga a posição de maior devedor isolado do terceiro mundo.

A Argentina e o México são dois exemplos claros da atual crise econômica da América Latina. De um lado, a Argentina representa a primeira tentativa no continente de uma política econômica "heterodoxa", sem alteração de qualidade na relação com o sistema financeiro internacional, isto é, a Argentina manteve o pagamento das taxas de juros da dívida externa, renegociou nas bases propostas pelo FMI, apesar dos rompantes iniciais de não aceitar as imposições do Fundo.

Neste sentido, a Argentina é a demonstração mais evidente da impossibilidade de uma política que vise a su-

peração da crise sem atacar de frente o problema da dívida externa.

O plano Austral começa a naufragar no crescimento inflacionário. A inflação na Argentina foi de 6,8% em julho, 8,8% em agosto e perto de 8% em setembro, sendo que sua projeção para um ano já beira a casa dos 130%. A CGT na Argentina, respondendo ao processo de degradação da qualidade de vida dos trabalhadores já convocou sete greves gerais durante o governo Alfonsín, sendo que nas últimas três a questão da moratória da dívida externa foi uma das bandeiras centrais das convocações.

Apesar desta capacidade de mobilização, a direção da CGT é incapaz de reunir o conjunto da oposição ao plano Austral, basicamente devido à burocracia peronista que se encontra encastelada há décadas em sua direção. De outro lado, a oposição sindical apresenta-se muito pulverizada, sem condições de apresentar de forma concreta uma alternativa de direção à burocracia.

México

Já no caso do México o problema econômico é mais grave. Pode-se dizer

sem nenhum exagero que o país quebrou. De uma dívida externa de perto de 96 bilhões de dólares no princípio do ano, o país ultrapassa o recorde brasileiro. E agora o maior devedor isolado do terceiro mundo: 108 bilhões de dólares. Isto se deve ao fato de que o México teve que contrair recentemente um empréstimo de 12 bilhões para garantir o pagamento dos serviços da dívida. Ou seja, estes 12 bilhões sequer entraram nos cofres mexicanos.

Porém, isto não é uma coisa incomum nas negociações internacionais. No caso mexicano, a coisa piora muito mais se considerarmos a corrupção em que está mergulhado o país. Relatórios de entidades internacionais avaliam que nos últimos anos houve fuga de capitais de algo em torno de 50 bilhões de dólares.

Para piorar a situação mexicana, há ainda a queda dos preços do petróleo. Desta forma, avalia-se que o México chegará a 1991 com uma dívida externa de 125 bilhões de dólares.

As situações do México e da Argentina são demonstrações evidentes das falências dos modelos econômicos impulsionados pelas burguesias locais ou inspirados no FMI. De outro lado, são uma exigência clara da superação das debilidades do movimento sindical a nível do continente e da necessidade de uma resposta global.

América Latina

A dívida externa continua estrangulando o continente

A situação do endividamento externo dos países da América Latina tem se agravado ainda mais no último período. Este agravamento se mostrou com grande evidência na última reunião do Fundo Monetário Internacional, quando ficou clara a "quebra" do México (ver matéria ao lado) e aumentaram as pressões sobre o Brasil para que abra mão de sua política de reserva de mercado em relação a informática (o que está acontecendo "devagarinho", com as últimas medidas adotadas pelo governo).

Alguns dados importantes para que se compreenda a atual situação:

— a dívida atual do continente é de 368 bilhões de dólares, que equivalem a 59% do Produto Interno Bruto ou 7 vezes as exportações anuais da América Latina.

— durante os primeiros anos da década tem se agravado a situação econômica dos diversos países (com excesso do Brasil praticamente todos os países latino-americanos enfrentam crises recessivas). De 1981 a 1985, o PIB da



América Latina caiu em 8,8% e a renda per capita em 11%. Neste mesmo período, dobrou a taxa de desemprego na Colômbia, Chile, Uruguai, Peru e Venezuela. Além disto, também neste período houve uma sobrecarga de 54

bilhões de dólares apenas pelo aumento das taxas de juros.

— de 1982 a 1985 houve uma transferência líquida de capital de 106,7 bilhões de dólares para o exterior.

Também ficou evidenciado com

maior clareza neste período a cumplicidade dos governos do continente com o imperialismo. Mesmo aqueles que se elegeram com um discurso calcado em enfrentamentos com o imperialismo, como foi o caso da Argentina ou do Peru, não produziram nenhum avanço concreto, ficando quando muito na mera propaganda.

A questão que se coloca com mais força ainda para os trabalhadores é a tarefa urgente de fazer frente de forma unitária aos ataques que estamos sofrendo. O Dia Internacional de Luta contra a dívida Externa, a se realizar no próximo 23 de outubro, pode produzir avanços. Contudo, a necessidade fundamental colocada é a de realização de processos unitários massivos, que tenham condições de produzir uma modificação nas condições de luta dos trabalhadores do continente.

Américo Bernardes participou da delegação de representantes da CUT que esteve presente à reunião da ORIT/CIOSL em Buenos Aires.

Buenos Aires

Rumo à unificação das lutas dos trabalhadores no continente

Um encontro das centrais sindicais do Chile (CDT), da Argentina (CGT), do Uruguai (PIT/CNT) e do Brasil (CUT) decidiu formar uma Coordenação Sindical do Cone Sul, e pode vir a ser um passo decisivo no esforço de unificação da luta continental contra a dívida externa.

Após as jornadas continentais contra a dívida externa, realizadas no dia 23 de outubro do ano passado, colocou-se com maior agudeza a necessidade de realização de fóruns que objetivassem a construção da unidade dos trabalhadores do continente.

Este é um dos elementos centrais que tem motivado a participação da CUT em todos os eventos sindicais em nosso continente. Este foi, aliás, um dos principais elementos da tese aprovada no último congresso nacional no que diz respeito à luta contra a dívida externa e o imperialismo.

Contudo, apesar de vários esforços que têm sido realizados, este processo de unificação tem enfrentado muitos empecilhos, derivados principalmente da divisão do movimento sindical do continente em três centrais regionais: a ORIT — Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, regional da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, vinculadas à social-democracia; a CLAT — Central Latinoamericana de Trabalhadores, regional da Confederação Mundial do Trabalho — CMT de orientação democrata-cristã e o CPUSTAL — Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina, vinculada à Federação Sindical Mundial, hegemônica pelos PCs e ligada a União Soviética.

Apesar desta dificuldade, a CUT tem centrado sua intervenção na necessidade de realização de um encontro continental, onde concorram os vários setores do movimento sindical e centrado no tema da dívida externa. Com este fim a CUT compreendeu

que também deveria participar dos encontros que a ORIT/CIOSL realizou em setembro passado na Argentina. Mesmo tendo em conta que há uma diferença muito grande entre as posições da CUT e as da ORIT/CIOSL no que diz respeito ao tema da dívida, a participação da CUT deveria reforçar a busca de processos unitários para as lutas dos trabalhadores.

Os encontros na Argentina

Foram realizados três encontros em Buenos Aires entre os dias 21 e 26 de setembro. O primeiro encontro foi o de centrais sindicais do Cone Sul, com o objetivo de criar uma coordenação sindical para a região, que teria a participação da ORIT/CIOSL. O segundo foi a reunião da Comissão de Direitos Humanos da CIOSL com a discussão de três temas principais: a situação dos direitos humanos no Chile e Paraguai e a luta contra as ditaduras nestes países e a situação agrária no Brasil. Finalmente, o terceiro foi a Conferência da ORIT/CIOSL sobre a dívida externa e desenvolvimento.

A Coordenação Sindical do Cone Sul

Depois de ter passado por um processo interno bastante tumultuado em 1985, quando a luta interna entre os setores vinculados à social-democracia europeia e aqueles vinculados à direção da Central

Norte-americana AFLCIO levou à demissão do antigo secretário-geral, a ORIT buscou um processo de reafirmação no continente.

O Encontro do Cone Sul foi um passo importante neste processo, pois o fato de que a maior parte das centrais na região são independentes (são filiadas à ORIT/CIOSL a CDT do Chile e a CGT da Argentina e a PIT/CNT do Uruguai é membro do CPUSTAL mas não é filiada à FSM) permitiu que concorressem a este encontro todas as centrais da região.

Apesar de que a criação de uma coordenação sindical na região pode representar um salto de qualidade nas potencialidades do movimento, duas questões principais devem ser assinaladas. Mesmo tendo em conta que há uma compreensão geral dos problemas comuns enfrentados (dívida externa, luta contra as ditaduras no Chile e Paraguai, luta contra as políticas de austeridade e pela democratização dos demais países), ainda existem muitas lacunas no que diz respeito às formas de lutas que poderão ser utilizadas.

Contudo, em que pese ser o problema anterior importante, a principal questão reside no fato de que os setores vinculados à ORIT/CIOSL tem uma compreensão muito particular de unidade a nível da região, rejeitando com muita ênfase a participação das outras duas regionais (a CLAT e o CPUSTAL) na coordenação. Isto poderá levar a um real comprometimento no funcionamento da Coordenação, já que a CUT e a PIT/CNT defenderam durante toda a discussão a participação de todos os setores. A questão ainda está em aberto e deve-



rá ser resolvida na primeira reunião da coordenação, em dezembro próximo.

Em relação à dívida externa, em linhas gerais pode-se dizer que a CIOSL mantém sua posição desde a reunião de México (1984), no sentido da negociação da dívida, buscando melhorar as condições econômicas dos países latinoamericanos. Na verdade, esta é uma posição muito difícil de ser encaminhada já que tem havido uma mudança de posição nas centrais vinculadas à ORIT, no sentido de rejeitar esta proposta (como é o caso da posição atual da CGT da Argentina que defende a moratória unilateral).

Sapateiros de Novo Hamburgo/RS

Uma grande vitória da CUT

Em um segundo turno que vai ficar na história do movimento sindical, foi eleita a chapa 3 encabeçada por Miltom Rosa para a direção do sindicato.

Nos dias 29 e 30 de set. e 1º de outubro, os sapateiros foram às urnas, com os seguintes resultados: 1.017 votos para a chapa 3, encabeçada por Miltom Rosa; 1.406 para a chapa 2; e 532 para a 1.

No primeiro turno, duas das chapas reivindicavam-se da CUT, embora a Direção Regional da CUT-RS tenha tomado a decisão de não apoiar qualquer delas. A decisão deveu-se a todo um processo truncado de tirada da chapa, no qual depois de uma convenção que elegeu uma chapa consensual em sua composição e com disputa apenas pelos cargos, a chapa 2, frente à decisão da DRT de diminuir o número de integrantes da diretoria do sindicato, apresentou uma proposta que mantinha a participação de apenas dois representantes da outra articulação que obtivera 39% dos votos na disputa de cargos. Esta iniciativa apenas agravava ainda mais a situação, pois a articulação que deu origem à chapa 2 havia imposto a participação na convenção nos limites do estatuto do sindicato, excluindo os companheiros com menos de dois anos de categoria, os desempregados e todos os que não estivessem quites com a tesouraria do sindicato, impedindo a real representação da base.

Apoio patronal

Na segunda rodada algumas outras questões ficaram claras: no decorrer da campanha, os componentes da chapa 2 assumiram compromissos claros com os patrões. Por exemplo, na Calçados Fibra, uma das maiores, Antonio Pereira dos Santos, candidato a presidente, pode fazer campanha durante o turno de trabalho e na Centenário pode falar aos trabalhadores associados ao sindicato no momento do pagamento do vale, auxiliado pelo Departamento

de Pessoal. O mesmo aconteceu em fábricas como a Sibisa, Scout e Irmãos Müller, entre outras. Em algumas destas fábricas, os sócios eram chamados por interfone ao Departamento de Pessoal, onde havia sempre um representante da chapa 2 a esperá-los. Durante toda a campanha, inclusive no período que antecedeu à Convenção, a Prefeitura Municipal liberou funcionários para trabalhar para a chapa 2. Helio Feltes, empresário envolvido em falências, e Horst Volk, dono da Ortopé,



A última greve dos sapateiros a força nova que vem da consciência

ambos candidatos pelo PMDB e PDS, foram dois ativos colaboradores da chapa 2, fornecendo carros, apoio material e dinheiro. Tudo isto está registrado em documento enviado à CUT pelo candidato à presidência pela chapa 3, Milton Rosa.

Democracia de verdade

Paulo Renato Paim, secretário geral da CUT nacional, foi à Rádio Progresso, nos dias que antecederam à eleição, declarar que "a CUT retirava a chapa 3", baseando-se em documento tirado pela CUT há mais de um mês, falando em nome da CUT nacional e segundo sua interpretação. Por outro lado, a CUT nacional dirigiu-se aos sindicalistas do RS e às chapas, reiterando posição anterior da CUT RS de não apoiar nenhuma das chapas.

O que fica claro é que não houve discussão por parte da CUT-RS frente a todos os acontecimentos do primeiro turno, criando desgaste e prejuízo à construção efetiva de um referencial de combatividade e independência.

Houve ainda a participação de setores que, sem vivência junto à categoria, "adotaram" a chapa 2, justificando-se no processo de escolha das chapas e ignorando o que estava aos olhos de todos — a ligação da chapa 2 com o patronato. Esta política leva a um desgaste destes setores e ao questionamento, de parte da vanguarda sindical, de seu papel.

Milton Rosa afirma, "a disputa pelo apoio da CUT deve-se justamente ao trabalho de implantação da central sindical que fizemos na categoria, e, apesar de toda a confusão promovida, com setores jogando pesado no apoio à 2, a categoria soube reconhecer isto".

No segundo turno, dias 13 e 14 de outubro, foi este o resultado: 1.562 votos para a chapa 3, 1334 votos para a chapa 2 e 80 votos para a chapa 1, que se retirara.

CUT também tem vitórias nos metalúrgicos e bancários

No Sindicato de Metalúrgicos de Novo Hamburgo, dia 19 de setembro apresentaram-se aos trabalhadores duas chapas: uma ligada à CGT e a outra, encabeçada por João Machado Mendes, ligada à CUT. Pelos resultados — 1.078 a 309 — a atual diretoria, representada na chapa vitoriosa, foi reconduzida à direção do sindicato. Participam da chapa, além de João Machado, Paulo Haubert, Argeu R. dos Santos, José Garcia, Carlos Barromeu de Sá, Luiz Carlos da Silva e Osni dos Santos. Com 4.500 metalúrgicos na base, este é o terceiro mandato consecutivo em que a Central Única dos Trabalhadores é referendada.

A eleição dos bancários, no dia 10 de outubro, resultou na eleição da chapa 2, encabeçada pela companheira Maira, do Banco do Brasil. Os resultados foram: 376 votos para a chapa 2 e 260 para a chapa 1.

Mas o resultado destas eleições ainda não foi oficializado junto à DRT. Há duas atas, e uma delas levaria a eleição ao segundo turno.

A complicação começou quando o presidente da mesa apuradora, Adelino Laux, presidente do Sindicato da Cons-

trução Civil e membro da CGT, deixou de assinar a ata, por ter se retirado do local da votação antes de sua confecção. A apuração foi feita por Laux, que "cantou" voto por voto, enquanto secretários anotavam no quadro os resultados. Com base nestes resultados os mesários e assessores jurídicos das duas chapas fizeram a ata e a assinaram.

Alguns dias após eleição, o presidente do sindicato, Roberto Rignon, candidato à reeleição, comunicou à chapa 2 que estava marcando a data do segundo turno, pois a chapa vencedora não alcançara dois terços da votação. Roberto Rignon baseava-se em uma outra ata que informa um resultado de 354 a 364 para a chapa 2, o que aumentava o número de votantes de 658 para 718. O fato curioso é que, segundo Rignon, o sindicato foi arrombado e as urnas foram roubadas, impossibilitando a recontagem. O mais curioso é que o arrombamento e o roubo não foram notificados à polícia. Agora, o caso vai ser decidido na DRT, mas os companheiros da chapa 2 acreditam que será facilmente desvendado o "mistério".

Eleições dos ferroviários de Leopoldina

Pau Puro nos pelegos

Com cerca de nove mil associados, a maioria dos quais aposentados, e uma base que se espalha pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina tem uma das mais belas tradições de luta do sindicalismo brasileiro.

Desde que em 1954 a categoria elegera contrariamente à administração da

Estrada, uma diretoria combativa, os ferroviários não deixaram de produzir lideranças expressivas. Com o golpe militar de 1964, muitas dessas lideranças foram demitidas, presas, tortura-

das e mortas. A brutal repressão sobre a vanguarda permitiu que os pelegos se apoderassem do Sindicato. Nos anos em que os senhores Mirinho, Borba e Luna ocuparam o aparelho sindical, deixaram a RFFSA pisar os ferroviários da Leopoldina, assinaram acordos vergonhosos e não opuseram qualquer resistência à direção da empresa.

Os agora vão mudar. Os setores combativos agrupados na chapa 3 - Pau Puro - têm todas as chances de recuperar a entidade para a categoria. Encabeçada por Carlos Francisco - o Chiquinho — e João Batista Dias Sarmet, Pau Puro representa a continuidade entre a antiga e a nova geração de ativistas comprometidos com as lutas

dos ferroviários. Como declarou Chiquinho: "é hora de acabar com o que ainda está bem presente na cabeça do ferroviário — as demissões injustificadas, as perseguições odiosas, o congelamento das promoções, os baixos salários, um PCC indigno, os atrasos no pagamento dos aposentados". Pau Puro conta ainda com o apoio de Batistinha, a maior liderança de toda a história dos ferroviários que, por concorrer a uma cadeira no senado pelo PT do Rio, achou melhor não se candidatar simultaneamente a uma eleição sindical.

Com um time desses vai ser Pau Puro nos pelegos nas eleições dos dias 10 a 14 de novembro.

O dia em que Volta Redonda virou uma praça de guerra

Um relato passo a passo da greve dos operários e da afrontosa ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional pelo exército.

gem superior da usina, contando com aproximadamente 13.000 trabalhadores, foi decidida a continuidade da greve.

Diante do resultado da assembléia, a empresa montou um esquema de transporte indo buscar operários em casa, e com coação naturalmente levando-os para trabalhar. Alguns operários assustados com o aparato montado pela empresa e pelo exército entraram para trabalhar na madrugada do dia 2 de outubro, sem que o piquete pudesse intervir mais efetivamente.

Pela manhã, diante do informe de que 30 a 40% da categoria havia entrado para trabalhar, apesar da maioria estar disposta a levar o movimento às últimas conseqüências, a diretoria do sindicato como parcela mais avançada da classe assume o seu papel de direção e encaminha assembléias por setor e coloca a sua posição de retorno ao trabalho, para garantir a unidade.

Se é verdade que os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional não conseguiram suas reivindicações econômicas, é verdade também que eles experimentaram novas formas de luta. Escreveram mais uma página no livro de sua história, deixando claro que o peso da bota da "Nova República" não quebrou a dignidade do operário.

dores por esgotamento, o número aumenta ainda mais. No turno das 16:00 às 24:00 horas, o número de internados no hospital chegou a 14 trabalhadores.

A intervenção do exército

Por volta das 15:00 horas, com o sucesso do pacífico piquete de greve nas entradas da usina, a pretexto de garantir a entrada de quem quisesse trabalhar no turno das 16:00 às 24:00 h, chega um verdadeiro aparato de soldados do exército com aproximadamente 800 homens armados de fuzis e metralhadoras dando alguns disparos para o alto, deitando no chão e apontando para os operários, além de dois carros de combate Urutu, numa verdadeira manobra de guerra, procurando dissolver os piquetes em todas as passagens.

Mesmo com os piquetes dissolvidos, ninguém entra para trabalhar criando inclusive uma revolta entre os operários que se sentiram agredidos pela ação do exército.

Em assembléia às 19:00 h na passa-

trabalhadores da Mannesmann mesmo sem a comissão de fábrica, sem a participação dos cipeiros e com apenas um diretor do sindicato dentro da fábrica, paralisaram todas as suas atividades às seis horas da manhã do dia 2 de outubro como propôs a assembléia. A partir desta paralisação, a perspectiva era da extensão imediata da greve a outras fábricas médias e grandes da categoria.

Existiam no entanto grandes dificuldades. Nas indústrias médias em que houve há poucas semanas greves sem vitórias, não ocorreram novas paralisações. Entre as grandes, a Belgo Mineira, a segunda maior fábrica com três mil trabalhadores, havia alguns meses tentado uma greve que foi mal sucedida. Os trabalhadores receberam reajustes diferenciados sem ser o pretendido. Agora, a Belgo não paralisou.

No Cinco, muita luta

A categoria teve tantas diferenciações na greve que no Cinco (Centro Industrial de Contagem), onde temos a maior concentração das mais de duas mil fábricas metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, tivemos greves em várias delas (União de Aproveitamentos, IBC, Moderna, Prontomec, Irmãos Aires, Orteng, Meca, Microtécnica, Eluma etc.).

No entanto, apesar de cerca de dois mil trabalhadores da região do Cinco terem paralisado, fábricas maiores como a Mafersa não foram tocadas pelo movimento, pois tinham saído de lutas há pouco tempo.

Com o crescimento das paralisações, passados os dois primeiros dias, o go-

verno tirou a máscara e trabalhou firme pelo fim da greve. Se no princípio da greve foram pegos de surpresa, e não tiveram como reprimir eficientemente, chegaram a ocupar a Mannesmann duas vezes, após terem afastado o sindicato do contacto com os operários.

Apesar da adesão contínua dos grevistas do Cinco, nas outras regiões com o retorno da Mannesmann, forçado pela repressão, e pelas contínuas pressões de chefes nas próprias casas dos operários não houve como ampliar o movimento o suficiente para dobrar a segunda proposta dos patrões (de 13% de aumento e um piso diferenciado por número de empregados), muito aquém do exigido.

Os avanços

O saldo da greve sem dúvida não foi econômico: foi político. A categoria foi à luta ciente da repressão, das diferenciações das regiões e de toda a retórica do governo estabelecida pelos ministros da "Nova República" sobre a relação entre as greves e os buracos do Plano Cruzado já durante a greve dos bancários.

Com a confiança adquirida com a paralisação total da Mannesmann e com as vitórias como a da Embrac, os trabalhadores podem fazer eclodir a qualquer momento novas greves e aumentar suas vitórias e sua consciência de classe.

Carlos Alberto Penha Martins é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.



Dois carros de combate Urutu ocuparam a porta da usina

Juarez de Magalhães

Reunidos em assembléia no dia 30/09 em frente do escritório central da CSN, cerca de 5000 trabalhadores, por unanimidade, decretam a greve por 10% de reposição salarial e pelo fim da repressão desenvolvida pela chefia no interior da usina. Uma greve pela dignidade do trabalhador.

Logo pela manhã às 5:30 horas, o sindicato monta os piquetes nas quatro entradas da CNS, juntamente com assembléias setoriais. Diferentemente das outras greves quando as paralizações foram feitas na forma de "Arrastão" ou seja, concentrando-se toda a direção em um departamento na extremi-

dade da usina, seguindo em passeata parando todo o complexo industrial da empresa, com uma concentração de todos os operários em um único local. Esta mudança de tática se deu devido ao fato de que a empresa já tinha um plano articulado com o 22.º Batalhão de Infantaria Motorizada do quartel de Barra Mansa, para desocupar a fábrica caso começasse o arrastão.

Às 8:00 horas já é vitorioso o piquete: nenhum trabalhador entra na usina para render a turma que havia entrado à meia-noite do dia 30 de setembro para trabalhar, e também é grande o número de trabalhadores que fecham o ponto e saem da empresa, apesar das pressões e ameaças de demissões. Diante da denúncia que o sindicato fez de que haviam sido internados alguns trabalha-

Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem

Greve inicia novo ciclo de lutas

Pela primeira vez desde 1979, a Mannesmann parou. A greve se ampliou a outras fábricas, especialmente na região do Cinco, mas a unidade da categoria foi insuficiente para suportar o jogo pesado da repressão.

Carlos Alberto Penha Martins

A repressão política, a ação da Justiça do Trabalho, a regionalização do movimento e a eclosão de greves isoladas, antes mesmo do início da campanha salarial, foram os principais problemas para a luta dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Nos meses passados, muitas fábricas já descontentes com os baixos salários e as condições de trabalho paralisaram suas atividades ou se prepararam para isso. Algumas dentre elas obtiveram resultados imediatamente positivos. Com o crescimento do descontentamento, algumas fábricas nem mesmo tiveram que paralisar para obter suas reivindicações. Outras, mesmo com a greve não tiveram nenhuma reivindicação atendida e foram obrigados a retornar ao trabalho sem nenhum ganho imediato.

A Embrac, uma fábrica de condutores elétricos de automóveis, com 350 metalúrgicos (90% mulheres) na preparação da greve teve uma redução da jornada de trabalho para 46 horas semanais e um aumento de 37% no salário, proporcionando um aumento no número de empregos e no valor dos salários.

Essa vitória aconteceu pouco antes do início da campanha e logo após a derrota de várias greves isoladas. Com isso, a categoria ganhou ânimo, não esmoreceu e acentuou o descontentamento em outras fábricas, inclusive na Mannesmann.

A Mannesmann parou

A assembléia com cerca de 1500 metalúrgicos decidiu ir à greve, procurando iniciar a paralisação pela maior indústria da categoria, a Mannesmann com quase dez mil trabalhadores em uma categoria de 60 mil metalúrgicos.

A Mannesmann não tinha experimentado uma paralisação desde a greve de 1979, tendo a sua diretoria em outubro de 1985 conseguido resistir à greve com o auxílio de dois mil soldados da Polícia Militar.

Desta vez, não houve pressão que conseguisse evitar a eclosão da greve que se iniciou por dentro da fábrica. Apesar dos chefes do lado de dentro e da polícia do lado de fora, diante dos 10% de aumento que eram oferecidos pelos patrões contra 35% mais o INPS que era reivindicado, a determinação da luta cresceu de tal maneira que os

"Há um confronto de classes nestas eleições".

Engajado em um trabalho incansável nas portas de fábricas, dormindo apenas quatro horas por dia nos últimos três meses, Lula concedeu esta entrevista a EM TEMPO em São Bernardo.

Nela, o presidente do PT discute o cerco que a "Nova República" montou contra o partido e aponta um caminho: é preciso, através de um trabalho de base, da maior ênfase no classismo, aprofundar em todos os sentidos os vínculos com a classe trabalhadora.



Suzana Pires

Américo Bernardes

Lula, como você está vendo a situação do PT a nível nacional?

Lula — Olha, todas as informações que eu tenho recebido dos companheiros dos mais variados estados são de que o pessoal está muito otimista em relação à campanha. Eu acabei de receber um telefonema do Maranhão, dizendo que o PT está aparecendo nas pesquisas com 4 ou 5%. Este para nós é, sem dúvida, um feito extraordinário: um estado onde a figura principal é um camponês, o companheiro Luís Vilanova. Isto é, começa a ganhar corpo a idéia de que a classe trabalhadora precisa assumir o seu espaço político. E outras notícias de outros estados, informando que o PT está tendo uma desenvoltura razoável, que tem um limite nas condições financeiras do PT, no tempo que a gente tem na televisão. Mas as expectativas dos companheiros de outros estados é que a gente supera em muito os resultados das eleições de 1982.

— Com isso, você avalia que conseguimos em parte furar o cerco que o governo vem procurando construir em relação ao PT e à CUT desde o Plano Cruzado?

Lula — Nós já tínhamos denunciado isso em janeiro e me parece que muita gente não deu atenção. Em janeiro, quando as pesquisas de opinião pública começaram a mostrar um crescimento muito grande do PT, sobretudo em função dos resultados obtidos em 85, a gente constatou que o governo resolveu abrir uma guerra ideológica contra o PT, partiu para um processo de acusações contra o PT. Em três entrevistas consecutivas, resultado da reunião do Conselho Político, o presidente Sarney deixou claro que era preciso tomar cuidado com o crescimento do PT. E os ataques ao PT, à CUT e à Igreja progressista foram uma constante nestes últimos seis meses. Um ataque massivo contra a reforma agrária, as ocupações de terras, as reivindicações dos trabalhadores nos mais variados níveis, das mais diferentes categorias.

E nós tentamos alertar a opinião pública de que o governo tinha um projeto político de ataque ao PT. É porque

o PT ousou discordar do governo desde o seu nascimento, ousou discordar da forma como o governo nasceu, ousou discordar do Plano Econômico, do chamado Plano Nacional da Reforma Agrária, da forma como o governo vem tratando a dívida externa. E um governo saído de um consenso da burguesia, como o governo da "Nova República", obviamente querendo uma unanimidade da sociedade brasileira não poderia admitir em instante algum que alguém ousasse ser contra.

Eu penso que esta onda de ataques nos trouxe prejuízos eleitorais na medida em que a opinião pública brasileira é muito desinformada. Eu tenho tentado explicar para os trabalhadores nas portas de fábrica e é uma coisa engraçada: o trabalhador não lê jornal. Você vai em uma porta de uma fábrica que tem dois ou três mil trabalhadores, você não encontra um com jornal na

mão. Ou seja, não é que ele não gostaria de ler: é que ele não tem o hábito e não tem dinheiro. O trabalhador trabalha o dia inteiro e a única mensagem que ele recebe é a mensagem da empresa, da chefia. Chegando em casa, ela vai ver novela e quando vê notícias é através do Jornal Nacional. A campanha contra o PT foi tão bem orquestrada que as acusações saíram no Jornal Nacional e as defesas no jornal local. Ou seja, mostrando claramente que era um plano premeditado do governo para confundir os trabalhadores.

Na minha opinião, o Partido dos Trabalhadores falhou um pouco na sua utilização do tempo na televisão. Porque na televisão nós teríamos que não dar para o povo o prato pronto mas ensinar o povo a fazer este prato. Aquela teoria chinesa que é melhor ensinar o sujeito a pescar porque ele nunca mais vai morrer de fome. Então, eu acho que a gente poderia ter partido em um sentido muito mais de despertar a consciência e o instinto classista da classe trabalhadora. Sabe, procurar colocar que o que está em jogo é uma luta de classes através da via eleitoral. Eu tenho diversas vezes passar isso para a frente e me parece que houve resistências dentro do PT. E o pessoal realmente não se tocou de que nós estamos

em uma luta de classes onde, de um lado, a burguesia quer ter a hegemonia na Constituinte para estabelecer a forma de organização, as leis que eles querem, para estabelecer o caráter de democracia que eles entendem e, de outro lado, estamos nós que queremos estabelecer os nossos direitos. E isso é um confronto de classe, embora totalmente respeitoso, via cédula, via eleição, numa regra do jogo estabelecida pela burguesia. Mas caberia ao PT dar esta conotação classista nesta campanha, o que eu acho que nós fomos infelizes e não conseguimos fazer.

— Você localiza aí o que está sendo chamado de a crise do PT em São Paulo?

Lula — Eu não diria assim. Eu acho que quando a imprensa aborda a crise do PT ela procura criar uma imagem ruim, diminuir o Partido dos Trabalhadores. Eu acho que, na verdade, o PT é o único partido que existe neste país enquanto força política organizada. O PMDB é um amontoado de gatos que se juntam quando os interesses econômicos e políticos exigem. O PDS não existe enquanto partido político. O PTB é uma legenda de aluguel.

Eu penso que a crise do PT — e que não é uma crise eleitoral — já vem de algum tempo. Inclusive na última reunião que eu tive em São Paulo, eu disse aos companheiros que eu vou assumir a responsabilidade de fazer o PT que nasceu em 1980. Por uma razão muito simples: que não há como a gente competir com o poder econômico dentro das regras do jogo estabelecidas pelo poder econômico, se a gente já começa com desvantagem. Ou seja, eu tenho dito ao pessoal que faz oposição ao Joaquinão o seguinte: se vocês quiserem ganhar do Joaquinão vocês têm de ter dez mil votos a mais que ele dentro da fábrica, para descontar a força que ele tem nos aposentados. Então, é preciso fazer uma campanha de sindicalização para garantir estes dez mil votos: querer competir com o Joaquinão sabendo que ele já começa com dez mil votos na frente, que são os votos dos aposentados, é não querer enxergar a realidade. E eu tenho dito para o pessoal do PT: querer competir com o

poder econômico nos moldes determinados pelo poder econômico sem dinheiro e com dois e meio minutos na televisão contra cinquenta deles é acreditar em Papai Noel, é acreditar que dá para colocar um cabrito para tomar conta da nossa horta pensando que ele não vai comer a nossa horta.

Então, a crise do PT é a falta de sustentação de base que é a essência do nascimento do PT. Ou seja, nós com a nossa democracia interna, com as nossas convenções, com os nossos seminários, passamos muito tempo discutindo entre nós, sem tentar elevar o nível de consciência do povo. Então, a nossa proposta original de ter um núcleo em cada bairro, um núcleo por categoria, de ter núcleo por local de estudo não aconteceu. Não aconteceu porque as lideranças do partido, desde o Lula até os outros companheiros que militam no partido, se ativeram a discutir internamente, a disputar vagas, a disputar cargos, a disputar direção, a disputar hegemonia dentro do partido, uma coisa absurda. Então, eu na última reunião disse que eu não estou mais disposto a disputar cargo, a disputar maioria ou minoria dentro do PT: eu estou disposto a organizar a classe trabalhadora. Eu acho que o PT pode ser este instrumento. Quem quiser vir comigo que venha, quem não quiser que fique discutindo análise de conjuntura, que eu vou partir para outra.

Eu estou partindo do pressuposto de que a classe trabalhadora é desinformada, que a classe trabalhadora é ignorante politicamente porque as classes dominantes detêm os meios de comunicação de massa e querem que ela seja o mais desinformada possível e eu vou me contrapor a isso. E como eu não tenho os meios de comunicação de massa, vou tentar fazer este trabalho corpo a corpo, mano a mano. E vou me dedicar a isto a partir de agora. Eu acredito nisso, é a única coisa aliás que eu acredito, é a única coisa que pode fazer com que a classe trabalhadora possa enfrentar o poder econômico: é a gente ter uma organização de massas para enfrentar o poder econômico. E eu acho que hoje não temos a organização que deveríamos ter porque a gente foi relapso com relação a esta organização de massa. Eu sempre disse que o PT não é um partido que começa com eleições ou que termina com eleições. As eleições são uma circunstância na vida do PT, acho que temos um tempo enorme para recuperar o tempo perdido.

— Lula, saiu nos jornais uma crítica que você teria feito aos discursos vanguardistas que o partido vem fazendo. Como você está combinando na sua campanha estes vários elementos da realidade dos trabalhadores com a propaganda mais geral do partido, com a propaganda estratégica do socialismo?

Lula — Se eu soubesse que tinha jornalista naquela reunião, era meia-noite, eu não teria feito esta colocação porque não tinha interesse em colocar isto para fora antes de colocar isso para dentro do partido. Lamentavelmente, eu pensei que podia conversar livremente com companheiros e eu que

estavam angustiados vendo um partido com o potencial do PT encroado, sem andar. Eu aprendi que você não leva as pessoas à luta sem fazê-las compreender a causa da luta, se você não motivar as pessoas para a luta, se você não fizer as pessoas descobrirem a necessidade da luta.

Na época do espontaneísmo, eu fui uma das pessoas que mais ganhou com isso, pois bastava o Lula falar e as coisas aconteciam em São Bernardo do Campo. A partir de um determinado momento, eu descobri que era necessário um pouco mais de consciência política, de consistência. Então, o que estou tentando passar para os companheiros é para não confundirem consciência de classe com ódio de classe. Ou seja, não basta você chegar na porta de uma fábrica e berrar para o trabalhador, dizendo que ele tem que tomar os meios de produção porque o socialismo é a solução para tudo. Porque até aí você não disse nada para o trabalhador. Você não fez ele entender, você



Paulo César Rocha

não fez ele descobrir. E eu estou convencido que nós não podemos ir para um lugar e gritar que a solução é o socialismo se a gente não fizer o trabalhador descobrir isso. Se a gente não levá-lo em uma linha de raciocínio que ele termine descobrindo isso. Porque na hora que ele entende, ele não volta atrás. Se ele aceita a idéia inicial apenas pelo discurso, sem uma sustentação de argumento, ele volta atrás como voltou o Juracy se vendendo para o Maluf em Diadema, como se vendeu o José de Fátima para o Maluf. Então, a minha crítica ao discurso vanguardista é ao companheiro que acredita que é só chegar na rua e gritar que todo mundo é ladrão, que a solução é o socialismo e está resolvido o problema. Se fosse assim, nós já teríamos o socialismo no Brasil.

Até agora, nós não temos uma classe trabalhadora convencida que tem de ficar sócia do sindicato, a participar da assembleia de sua categoria, sabendo o que é uma Constituinte. Se eu já quero do 1º de dezembro para o décimo sexto, sabe, eu vou quebrar a cara. Eu tenho que tentar subir um por um para chegar lá em cima com resistência física para seguir a minha caminhada. É este tipo de coisa que eu tenho feito a alguns companheiros.

E numa campanha eleitoral, ocorre

algo engraçado. Porque normalmente todo candidato se acha o mais competente, todo partido se acha o maior dono da verdade e todo mundo acha que quando abre a boca o povo vai segui-lo como se fosse um profeta e não acontecesse isso. Eu tenho tentado discutir por exemplo, esta questão da segurança, que deixa o povo mais assustado e para a qual Maluf, Ermirio e Quéricia têm o mesmo discurso: colocar mais polícia na rua, aumentar as cadeias e ser mais duro. Em síntese, a proposta deles é prender. Não falam em pena de morte porque têm vergonha. E porque a Igreja é contra, senão falaria também. Eu tenho tentado, por exemplo, mostrar o seguinte: se você cria mais cadeia, prende mais bandido, você prende dez hoje, amanhã vem vinte e assim por diante. Porque você não consegue acabar com o foco. E se você não consegue acabar com o foco, você não acaba com o bandido. E o que é o foco? O foco é um salário-mínimo de 804 cruzados, é oitenta milhões de brasileiros passando fome, é a inexistência de uma reforma agrária, é 8,5 milhões de crianças em idade escolar sem escola para estudar. O foco é, enfim, a condição de miséria em que vive o nosso povo. Talvez as pessoas compreendam que o Afanázio Jazadi não está cheio de razão quando fala, que Gil Gomes não tem razão. Enquanto passam três meses falando de uma criança que morreu com um tiro na porta de um banco, estes canais não falam das mil crianças que morrem por dia de fome neste país, não falam dos cinco mil trabalhadores que morrem dentro da fábrica em acidentes de trabalho, não falam de quinhentos mil trabalhadores que perdem um pedaço da mão a cada ano. A minha idéia é tentar ver se o pessoal descobre isso.

— Depois do 15 de novembro, como você vê a atuação da bancada do PT na Constituinte?

Lula — Eu penso que a bancada do PT deve atuar em duas frentes.

Tem um primeiro momento em que nós precisamos propor duas coisas importantes. A primeira é a gente tentar garantir que, depois de feita a Constituinte, haja um referendo popular. Que, depois de um período de debates, o povo possa votar também na Constituinte. A segunda é a gente tentar garantir que os debates da Constituinte sejam transmitidos na pior das hipóteses pela tv educativa para que o eleitor perceba o que o seu deputado está fazendo. Para mim, seria importante que o trabalhador visse que o deputado no qual ele votou está votando contra o que ele quer.

A outra coisa é aquilo que todo mundo sabe que nós vamos fazer. Levantar as questões mais importantes para a classe trabalhadora e tentar discutir. A gente sabe que não é brincadeira você enfrentar uma maioria da classe dominante.

Agora, por outro lado, eu acho que o PT vai ter de atacar em duas frentes. O PT vai ter que tentar através do movimento sindical e do movimento popular, ter uma grande participação no processo Constituinte. Tentar criar forças políticas, tentar denunciar os deputados que estão votando contra nas coisas que consideramos essenciais para o povo.

Rio de Janeiro

Gabeira abraça o Rio



Cinquenta mil deram as mãos em volta da lagoa na maior manifestação ecológica da história do país.

Da sucursal

Na disputa entre os projetos burgueses, a Aliança Democrática rebatizada de Aliança Popular e Democrática saiu na frente. O governo federal, ao contrário de 85, conseguiu patrocinar em torno da chapa Moreira Franco e Rubens Medina um forte bloco de partidos burgueses que inclui, além do PMDB e do PFL, outros partidos de menor expressão. Ganhou também o apoio das correntes operárias estalinistas — o MR8, o PCB e o PC do B — dispostos, uma vez mais, a desempenharem o triste papel de estepe no carro da burguesia.

Destá forma, Moreira Franco obteve o apoio de toda grande imprensa e uma soma de recursos que vem possibilitando a Aliança Democrática realizar uma campanha hollyoodiana.

Os problemas do populismo

Herdeiro do carro chefe da administração estadual — os CIEPs —, portanto com boas possibilidades de capitalizar os chamados votos brizolistas, Darcy Ribeiro emerge da convenção do PDT como uma candidatura aparentemente forte. Entretanto, o fraco desempenho do candidato nos primeiros debates, a dificuldade de passagem até mesmo em setores da população considerados brizolistas, provocou a intervenção da cúpula do PDT e a redefinição da estratégia de campanha num momento que sinais de crise já se anunciavam no interior do partido.

Embora se tenha observado nos últimos dias uma recuperação da candidatura Darcy Ribeiro que ameaça provocar uma reviravolta nas eleições fluminenses, dificilmente o populismo conseguirá repetir o espetacular resultado eleitoral das eleições para a prefeitura. As causas para isso são de diversos ordens. Há, como já foi dito, as debilidades do próprio candidato e o desgaste, hoje mais evidente que no ano passado, da administração estadual e municipal.

Mas, o desgaste relativo do PDT prende-se sobretudo à incapacidade do partido em apresentar um projeto definido de oposição à "Nova República", o que ficou evidenciado pelo menos em três episódios importantes: na ida do PDT ao Colégio Eleitoral, nas alianças fisiológicas que tem construído em outros estados e na oposição pouco consistente ao Plano Cruzado.

"Verdes" e "vermelhos"

Inicialmente sectarizada por alguns setores do PT, a candidatura Fernando Gabeira tem conseguido apoio em amplos segmentos da população, o que leva a prever uma boa votação em novembro. Fica hoje evidente a correção da aliança com o Coletivo Verde, bem como a política de buscar a construção de uma candidatura que, mantendo o perfil do partido, fosse além dos marcos da militância petista ou da área de influência imediata do PT.

A pujante manifestação ecológica — o abraço à poluída Lagoa Rodrigo de Freitas — promovida pelo PT/PV no último dia 26 é bem uma amostra do potencial mobilizador da campanha. Os manifestantes, avaliados em cerca de 50 mil, formaram três cordões em volta da Lagoa.

Outro ensinamento: fica evidente, após o trabalho conjunto do período de campanha, que no interior do PT do Rio de Janeiro há um espaço para os setores do Coletivo Verde que queiram militar no movimento ecológico a partir de uma perspectiva classista. Desta forma, uma polarização entre "vermelhos" e "verdes", que algumas vezes se ensaiou, é totalmente artificial.

Mas nem tudo são flores. Se a campanha conseguiu uma boa entrada nos setores de classe média, é preciso consolidar o trabalho na periferia da cidade, bem como manter iniciativas de rua de modo a furar o bloqueio na grande imprensa. Também um esforço importante deve ser dispensado à transferência dos votos para governador em votos petistas. Isto é, apresentar os candidatos proporcionais do PT como alternativa coerente para quem optou pela candidatura Gabeira.



Rio Grande do Sul



José Clóvis Azevedo participou das greves do magistério público em 1979 em 1980, em 1982 e 1985, quando foi membro do comando geral de greve. Fundador do 22.º Núcleo de Professores, de Gravataí, Alvorada, Cachoeirinha e Viamão, é membro eleito do Conselho Geral do CPERS.

Foi um dos fundadores da Tendência Socialista do MDB e um dos fundadores do PT gaúcho, tendo participado de todas as suas direções estaduais.

Como está a campanha do PT no Estado? Conta um pouco desta experiência.

José Clóvis — O que a gente observa na campanha do PT é que a proposta política tem um espaço importante e onde nós conseguimos chegar encontramos uma receptividade muito grande. Enfrentamos o problema da falta de recursos materiais que restringe muito nossa atuação. Temos ainda, a um mês das eleições, 72% de indecisos, em relação à eleição dos governadores. Isto se deve ao desgaste dos partidos tradicionais, da burguesia, que agravou-se com a aliança fisiológica PDS-PDT que juntou na mesma legenda torturados e torturadores. Este desgaste está se refletindo no número de indecisos e, temos certeza, tendencialmente é o PT que deve ocupá-lo. Isto se reflete em outro dado: é o PT, como legenda, que conta com o menor índice de rejeição entre o eleitorado pesquisado. Por outro lado, para as bases do PDT gaúcho, onde se encontra o maior contingente do trabalhismo histórico, a aliança PDT-PDS é incompreensível e inaceitável. Isto tem levado grande parte destas bases a manter uma postura indiferente ao processo eleitoral. Esta situação não ocorre só no Rio Grande,

Ensinando a lutar

mas reflete uma degeneração do PDT, que aparece cada vez mais como um partido eleitoreiro, que privilegia alianças pela direita, realizando coligação com o PDS em mais três estados.

E os professores do Estado, como estão nesta luta?

José Clóvis — O movimento dos professores do RS e o CEPERS como entidade condutora deste movimento passaram por um processo que foi das lutas econômicas específicas da categoria a uma crescente politização. Das reivindicações econômicas passou-se a agregar as reivindicações de política educacional. Isto agudizou o confronto com o Estado e impulsionou a categoria a assumir definições políticas.

Neste processo, o PT passou a ser uma opção concreta para os professores e nós tivemos uma intervenção decisiva para a inserção do PT na categoria. Uma demonstração da força do PT na categoria foi a realização recente do Seminário de Educação Popular, promovido pela Comissão de Educação do PT, que contou com a participação de Paulo Freire e onde estiveram presentes mais de 2 mil professores.

Sua trajetória como educador foi marcada por importantes lutas...

José Clóvis — Além das lutas específicas, tivemos sempre uma atuação politizadora como educador. Durante o regime militar sofremos perseguições, como a demissão da escola Presidente Kennedy, que desencadeou a mais longa greve secundarista que se tem notícia na história do país após 64, exigindo nosso retorno à escola. Desenvolvemos uma proposta pedagógica a nível de escola, no sentido de preparar os estudantes para a compreensão da realidade brasileira e a intervenção nesta realidade, na defesa de seus interesses políticos de classe. Isto estimulou a participação de numerosos ex-

Gravataí/ Rio Grande do Sul

Construindo o PT



Daniel Bordignon fala da sua campanha a deputado estadual pelo PT gaúcho.

alunos nossos como lideranças do movimento operário e popular e mesmo no PT.

Como se deu o início da construção do PT em Gravataí?

Daniel Bordignon — O trabalho de construção do PT no município vem sendo realizado desde 81. Gravataí é uma cidade de forte concentração operária. Esta realidade é recente, e não existe uma tradição de lutas operárias no município. A construção do PT está ligada ao surgimento destas lutas, que têm se organizado principalmente a partir dos metalúrgicos, professores, bancários, borracheiros, carteiros.

Quais são os eixos prioritários da tua campanha?

Bordignon — A industrialização do município foi acompanhada de um crescimento urbano desordenado, com loteamentos criados irregularmente, sem infra-estrutura, atendendo apenas aos interesses da especulação imobiliária. Exigimos a apuração das falcaturas, a punição dos responsáveis e a legalização dos loteamentos, defendendo que os mutuários permaneçam em suas ca-

sas. Propomos também uma reforma urbana.

Entre as lutas mais urgentes estão a do transporte coletivo e da preservação do meio ambiente. O transporte é um dos piores da grande Porto Alegre: má qualidade, caro, ônibus superlotados. A empresa Sogil tem o monopólio do transporte há muitos anos, com a conivência da Prefeitura. Propomos a municipalização das linhas internas, com controle popular de preços e qualidade, e a estatização do transporte interurbano.

A principal luta ecológica é a recuperação do Rio Gravataí, cuja fauna está quase destruída pela poluição industrial e urbana. Da Bacia do Gravataí se abastecem muitos outros rios, que servem às cidades da região e à agricultura. Nesta luta nos associamos à Associação de Proteção à Natureza — Vale do Gravataí, uma das entidades ecológicas mais combativas do Estado. Estamos também presentes nas lutas da educação. Em Gravataí, a falta de vagas na escola pública faz milhares de excedentes todos os anos.

Quais são as perspectivas da sua candidatura?

Bordignon — Nossa candidatura é a única comprometida com o movimento popular no município. Os outros dois candidatos a deputado estadual são do PMDB e PFL. Edir Oliveira, do PMDB, foi secretário da prefeitura até 84, exonerado em meio a várias acusações. Representa o continuísmo, as administrações municipais responsáveis pela atual situação da cidade. Claudio Gudolli é funcionário do SINE, ex-PDS e não tem apoio sequer de seu partido, o PFL. Nossa expectativa é com a campanha e a votação do dia 15 daremos uma contribuição efetiva na construção do PT e do movimento popular em Gravataí.

Carapicuíba/ São Paulo

Da cassação à disputa da Constituinte



A candidatura de Antonio Carlos Cordeiro a deputado federal expressa o acúmulo político de um dos trabalhos populares mais fecundos do PT paulista.

A vida começa cedo em Carapicuíba, cidade dormitório de 300 mil habitantes enclavada na zona oeste da grande São Paulo. A militância começa cedo também para o PT nas filas de ônibus, nas estações do trem, no duro e cotidiano combate para furar o bloqueio da dominação política e do monopólio da informação pelos partidos burgueses.

Essa luta já tem uma história carregada de episódios no período mais recente. O mais importante deles foi, sem dúvida, o processo de cassação do vereador Antonio Carlos Cordeiro do PT em dezembro de 1984.

A presença de Cordeiro, fazendo ecoar na até então modorrenta Câmara dos Vereadores de Carapicuíba a luta popular pela melhoria dos transportes e pela posse da terra pelos favelados, levou a uma "santa aliança" dos vereadores do PDS, do PMDB e do PDT para aprovar a sua cassação.

A pressão direta sobre a Câmara capitaneada pelo PT — apesar de realizada nos últimos dias do ano, a manifestação de repúdio à cassação reuniu mil pessoas na praça central de Carapicuíba — e a repercussão causada a nível nacional levaram a que a cassação fosse anulada pela Justiça.

Fortalecido por esta vitória, a presença do PT se fez cada vez maior nas lutas dos mutuários do BNH, do movimento de favelados, de transporte, no movimento pela distribuição de leite gratuito, no apoio às greves e às oposições sindicais da região.

Uma candidatura alternativa

A candidatura de Cordeiro agora a deputado federal constituinte representa, ao mesmo tempo, uma expressão do acúmulo destes avanços e um desdobramento desta luta.

"Na nossa região", diz ele, "os partidos da 'Nova República', e o malufismo desenvolvem uma campanha com poderio econômico massacrante onde se destaca a compra de votos e o uso indiscriminado das máquinas administrativas da região. A prefeitura tanto de Carapicuíba como das outras cidades aqui da região são do PMDB e estão apoiando Quércia.

Também fazem uma campanha rica as candidaturas de outros partidos, como a de Francisco Rossi do PTB que, de acordo com as informações que ocorrem na região, recebeu doze milhões de cruzados de Antonio Ermírio. E o malufismo, representado pelo candidato a deputado federal José Camargo (que votou contra a emenda das diretas já e em favor do decreto-lei 2.045 que

arrochou o salário dos trabalhadores), desenvolve uma campanha milionária".

"Nesse sentido", prossegue Cordeiro, "a nossa candidatura se coloca como alternativa a estes representantes das classes dominantes e se apoia basicamente na força dos setores organizados da população".

Trabalhadores e juventude

Imprensado em um quadro eleitoral polarizado pela disputa dos candidatos a governador, a candidatura de Cordeiro vem se marcando por tentar massificar aquelas demandas de transformação da sociedade que o movimento operário e popular levará ao processo constituinte.

"Temos procurado articular aquelas reivindicações imediatas de mudança com as grandes questões nacionais como a reforma agrária, a dívida externa e a democracia, a partir de uma perspectiva socialista.

Ao mesmo tempo, desenvolvemos também um trabalho especial junto à juventude, incorporando em nosso programa as suas reivindicações centrais como o direito ao ensino (público e gratuito para todos), a não obrigatoriedade do serviço militar, o direito de voto aos dezesseis anos, o acesso à cultura e contra a opressão e a discriminação dos jovens de maneira geral".

A "Nova República" tomou iniciativas importantes em relação às mulheres, com a criação dos Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que desenvolveram campanhas pela participação da mulher na Constituinte e contra a violência. Isto deve-se em parte à pressão das feministas ligadas aos partidos burgueses e em parte à intenção de cooptar as mulheres para o projeto do governo.

Avaliando que era urgente que o PT assumisse a luta feminista de forma radical, não deixando espaço para as modificações superficiais propostas pelas classes dominantes, foi criada a articulação feminista do PT/RS. Substituindo a antiga Comissão de Assessoria para Assuntos da Mulher, a articulação pretendia não só assessorar, mas discutir e preparar a atuação feminista.

Entre outras atividades, a articulação realizou um Encontro que discutiu principalmente a plataforma feminista para a Constituinte a ser defendida pelo partido como um todo. Pequenos grupos discutiram separadamente os temas saúde, violência, trabalho e educação, aprovando os seguintes eixos:

- direito ao livre controle do corpo pela mulher;
- acesso gratuito a todo tipo de contraceptivo, com adequada informação sobre seu uso e efeitos colaterais;
- não às esterilizações massivas e contra qualquer plano de contracepção forçada;
- pela legalização do aborto com atendimento médico-hos-

Uma plataforma feminista para a Constituinte

Aqui, a contribuição das feministas do PT gaúcho no sentido de garantir a defesa dos interesses da mulher no processo da Constituinte.

Dudi Borges



Jesus Caribé

pitalar obrigatório, gratuito e especializado;

- creches e pré-escolas para todas as crianças com controle da comunidade;
- lavanderias e restaurantes públicos mantidos pelo Estado a preços acessíveis;

- divisão do trabalho doméstico entre os membros da família segundo suas capacidades físicas, evitando a exploração da dupla jornada de trabalho feminino, enquanto trabalhadora e dona de casa, garantindo à mulher o acesso a uma

vida social, política e cultural e o seu direito de organizar-se;

- proibição de toda a discriminação de sexo, classe, raça, idade e opção sexual;
- punição de toda violência física, psicológica ou sexual que as mulheres sofrem;

- salário igual para trabalho igual;
- fim à discriminação de sexo, raça ou idade para acesso a cargos de chefia;
- direito à licença-maternidade e paternidade por seis meses com garantia de estabilidade no emprego;
- direito à aposentadoria, à sindicalização, à previdência e à licença-maternidade para trabalhadora rural;
- que o título de propriedade da terra seja concedido nominalmente ao casal, não importando o seu estatuto conjugal e legal;
- que no processo de reforma agrária, a propriedade da terra seja garantida às mulheres chefe de família (mães solteiras, separadas, viúvas e a seus filhos);
- que formas de participação das trabalhadoras rurais em qualquer nível sejam garantidas ao longo de todo o processo de reforma agrária;
- condições reais de acesso ao lazer e ao prazer a todas as trabalhadoras e trabalhadores;
- educação sexual sem preconceitos nem tabus;
- replanejamento do currículo e do material didático das escolas a nível nacional, objetivando um combate da visão discriminatória da sociedade sobre a mulher, o negro e o índio.

VIOLENÇA RURAL E REFORMA AGRÁRIA

Maria da Penha



É um pequeno livro mas quanto ele vale! O livro de Maria da Penha, camponesa da Paraíba, companheira de Margarida Alves da região de Alagoa Grande, é um depoimento fluente da história de sua vida. Recém lançado pela Editora Colina da Primavera (42 páginas, Cz\$ 20,00), o livro revela um novo rosto entre as lideanças populares do país. Essa Maria também nos alerta para esta dupla face da emancipação dos trabalhadores: a luta contra a opressão é também o processo de reconstrução da integridade, da dignidade e da coragem exposta às mais violentas situações de degradação.

Júlio Tavares e Siqueira

UMA MULHER LIVRE DO SERTÃO DA PARAÍBA

Essa é a história de uma mulher simples, como a maioria das mulheres camponesas no Brasil. Uma mulher que casou quase criança, que tem seis filhos e que continua a lutar com imensas dificuldades para alimentar, vestir e educar seus filhos.

Sabemos que é comum esse quadro quando se procura retratar a mulher do campo. Mas essa história, particularmente, não é apenas isso. Trata-se de um relato vibrante, cheio de calor e de dignidade, feito por uma mulher que se torna a cada dia que passa um símbolo de luta, mostrando que essa luta é a única e verdadeira esperança para milhares de homens e mulheres extremamente oprimidos e explorados que, nos canaviais nordestinos, lutam contra a violência e a impunidade dos grandes proprietários de terra.

É um relato duro, cheio de dor. Mas mesmo na sua asperidade encontramos beleza e sensibilidade, percebemos todo um processo de conscientização, do despertar político e social de milhares de homens e mulheres que povoam a zona rural. Temos aí, claramente exposta, a exploração monstruosa de um capitalismo bárbaro, selvagem, insaciável, que não se satisfaz mesmo quando os trabalhado-

res estão nos limites extremos de suas resistências físicas. Essa situação levou o campesinato nordestino a constituir um dos setores mais pobres da humanidade de todos os tempos.

A fome é comum no lar camponês. E não poderia ser diferente com o que recebem os "bóias-frias" canavieiros em troca de seu suor e, tantas vezes, de seu sangue. Sobreviver tornou-se o grande milagre brasileiro.

O relato dessa sindicalista revela que no milagre da sobrevivência nasce uma luta que vai construindo, dia a dia, um elo fortíssimo de solidariedade, de fraternidade entre os trabalhadores. É a camaradagem, é a unidade na luta pela humanização de milhões de seres que foram animalizados pela classe dominante. Isto faz com que se vá construindo a mais potente arma contra o autoritarismo, os desmandos, a arbitrariedade dos poderes constituídos.

A publicação do relato parte de um longo processo de discussão colocando a importância da publicação de um documento desse porte para as lutas camponesas e dos trabalhadores em geral.

No primeiro momento, comunicamos à Penha a nossa intenção.

Logo em seguida, viajamos para Alagoa Grande, palco de toda essa história, e de máquina fotográfica e gravador em punho, passamos a concretizar o nosso projeto. Voltamos ainda a Alagoa Grande, especialmente à Canafistula, onde residem Penha, Zé Horácio e seus filhos para rediscutir o produto final, o livro já estruturado, e novamente fomos recebidos pela hospitalidade de nossa companheira, tão comum ao camponês nordestino. Na verdade, houve sempre uma perfeita sintonia entre entrevistadores e entrevistada e o trabalho fluiu naturalmente.

Estávamos plenamente conscientes da importância política do depoimento de uma líder camponesa. Em primeiro lugar, porque existe todo um processo de luta dos trabalhadores rurais, de imensa transcendência para a construção das bases concretas de uma democracia real no Brasil. Uma democracia onde a população tenha os seus direitos respeitados, não exista miséria, fome, os filhos dos trabalhadores tenham oportunidade para estudar e todos os homens e mulheres sejam livres e tenham seus direitos respeitados. Nessa luta, Penha tem um papel de destaque. Em segundo lugar, porque na luta contra a impunida-

de, tão comum, de crimes praticados a mando das classes possuidoras contra os trabalhadores, Penha é um dos símbolos. Em terceiro lugar, porque na luta pela Reforma Agrária, pelos direitos trabalhistas, pela construção da CUT e do PT, contra a violência, Penha vai inserindo a luta pelos direitos da mulher.

Não é do nosso conhecimento que uma mulher camponesa, no Brasil, tenha falado aberto e diretamente, através de um livro, para outras mulheres e homens que, como ela, estão na luta diária no campo e na cidade.

O comum é que a mulher camponesa, que a mulher operária, que a mulher que está participando das lutas populares, sirva de tema para teses de mestradados, doutorados ou artigos especializados, os quais, na maioria das vezes, não saem do âmbito das universidades.

O depoimento de Penha nos surpreendeu. Sensibilizou-nos muito. Esperamos que ele chegue às mãos de todas as pessoas que partilham do mesmo sonho: conquistar uma sociedade nova, na qual a solidariedade, a fraternidade e a fartura sejam fatos concretos no dia-a-dia dos trabalhadores.

A economia capitalista: mini-recessão

Aqui, a condensação de um artigo de Ernest Mandel que analisa os impasses da economia mundial.

Sem que a opinião pública se tenha apercebido, os primeiros meses do ano de 1986 foram marcados por uma mini-recessão inquestionável; a produção industrial diminuiu no curso do primeiro trimestre de 1986 em todos os grandes países imperialistas; o recuo se prolongou para a maior parte deles nos meses de abril e maio, e mesmo durante todo o segundo trimestre, embora se tratando antes de um recuo limitado. É o que se destaca claramente do quadro seguinte:

Produção Industrial		
	1º trimestre de 86 com relação ao último trimestre de 85	2º trimestre de 86 com relação ao 1º trimestre de 86
EUA	-2,9% (+)	-2,9%
Japão	-2,8%	+1,1%
RFA	-3,7% (+ +)	+4,6% (+ + +)
França	-5,8%	-5,0%
Grã-Bretanha	+1,9%	-2,7%
Itália	-1,9% (+ + + +)	-1,1%
Canadá	-0,1%	-5,2%
Espanha	-15,7%	

(+) fevereiro-maio 1986 com relação aos três meses precedentes.
 (+ +) Neue Zürcher Zeitung de 15/8/86 estima a queda em -0,6% somente.
 (+ + +) Mas somente +1,8% com relação ao mesmo período de 1985.
 (+ + + +) De acordo com o índice oficial das estatísticas, l'ISTAT (La Repubblica 11/7/1986)

Os principais países semi-industrializados escaparam até aqui da mini-recessão, com a exceção do México, que, após a breve retomada do segundo semestre de 1984 — 1º semestre de 1985, se afundou de novo numa queda pronunciada de sua produção industrial. O Brasil vive mesmo um verdadeiro boom, com uma taxa de crescimento prevista da produção industrial de mais de 10% em 1986. Mas trata-se de um afastamento temporário da tendência geral, que já tinha ocorrido na recessão internacional de 1980-82. Como estes países dependem todos de exportações para o seu crescimento, suas perspectivas econômicas são largamente determinadas pelo que se passa nos países imperialistas.

É sobretudo a evolução nos EUA que é inquietante para o mundo capitalista. No início de 1986, caíram a renda dos consumidores, as vendas de automóveis, a construção. As encomendas de bens duráveis ainda estavam em alta, mas exclusivamente devido à elevação das encomendas do setor militar. Em resumo, apesar do otimismo de encomenda do informe atual da OCDE de maio de 1986, muitos observadores esperam uma recessão real da economia capitalista internacional a partir de 1986 ou 1987.

Queda do dólar, subida do yen

A super-valorização do dólar tinha aberto amplamente o mercado dos EUA para as exportações do resto do mundo capitalista em 1983-1985; este foi o principal motor da retomada econômica naqueles anos. Mas a amplitude do déficit do balanço de pagamentos americano resultante daí obrigou a administração Reagan a mudar seu fuzil de ombro: buscou um ajustamento das taxas de câmbio no sentido de uma baixa do dólar.

A doutrina liberal "ortodoxa" das taxas de câmbio flutuantes, que pretende que o equilíbrio resultaria automaticamente do livre jogo das "forças de mercado" foi estraçalhada, como tinha acontecido antes com a doutrina monetarista "pura". Decididamente, na época do capitalismo tardio, os doutrinários liberais são incapazes de escapar aos imperativos do intervencionismo. O interesse dos caixas-fortes prevalece sobre o da coerência doutrinária.

O curso do dólar atingiu seu pico na semana de 4 a 8 de março de 1985. Baixou, um ano mais tarde, 25% com relação a uma "cesta" de divisas nacionais diversas. Mas o yen e o marco alemão foram apreciados 55% com relação ao dólar no mesmo período. Contudo, ainda não se fez sentir o efeito disto sobre o balanço de pagamentos dos EUA: sua balança comercial tem mantido um déficit mensal de mais de 14 bilhões de dólares, enquanto os excedentes do Japão e da RFA continuam a crescer (em parte, é verdade, pelo efeito da baixa dos preços do petróleo).

Longe de constituir um triunfo durável, as performances atuais da indústria exportadora japonesa e alemã só podem ser de curta duração. A lógica fundamental joga no sentido de sua baixa, e de uma extensão da recessão americana para estes dois países. No caso do Japão, inclusive, esta dinâmica é evidente, já estando caindo as exportações de diversos produtos.

A estagnação do mercado mundial

Para compreender esta lógica, é preciso partir de um fato fundamental: a estagnação do mercado mundial no seu conjunto. Segundo o informe do secretariado do GATT, ele só progrediu 3% em 1985, menos que a produção industrial. Em dólares constantes, está abaixo do nível da recessão de 1981. Há mesmo uma baixa absoluta do volume das exportações dos produtos agrícolas e dos minerais (inclusive evidentemente o petróleo) com relação a 1984. Devemos aliás destacar que a baixa das exportações americanas de maio de 1986 é devida sobretudo à dos produtos agrícolas. Pela primeira vez, a balança comercial dos EUA se tornou deficitária igualmente para estes produtos. Daí a veleidade americana de "guerra comercial agrícola" com a Comunidade Econômica Européia, e os esforços de Reagan de garantir o mercado soviético de cereais.

Em condições de concorrência capitalista internacional agravada, os ganhos de uns são quase automaticamente as perdas dos outros, dada a estagnação do mercado no seu conjunto. E os efeitos induzidos das perdas — isto é, os fenômenos de recessão — acentuam a estagnação e mesmo o recuo das trocas e tendem assim a generalizar a recessão.

É importante lembrar que em 1985 a RFA se tornou a primeira potência ex-

portadora de produtos industriais, seguida de muito perto pelo Japão, enquanto os EUA caíram para a terceira posição. Trata-se de uma tendência de longo prazo. E esta tendência não foi causada fundamentalmente por fenômenos monetários, pelas taxas de câmbio ou pelos defeitos ou erros dos governos ou dos especuladores privados. Ela tem uma cauda material tangível: o declínio do crescimento da produtividade do trabalho industrial nos EUA (gráfico anexo).

A natureza mesma do modo de produção capitalista, no seio do qual o capital-dinheiro é o ponto de partida e o ponto de chegada último de toda ação do capital, implica uma contradição insuperável quando os interesses dos industriais e exportadores de um lado, e os dos banqueiros e rentistas, do outro, divergem. Depois dos EUA e da Grã-Bretanha, o Japão sofre por sua vez os efeitos desta contradição.

Japão maior exportador de capitais

O déficit do balanço de pagamento americano — e indiretamente o déficit orçamentário dos EUA — foi em boa parte financiado pela conversão em dólares do excedente do balanço de pagamentos japonês em 1984-1985, isto é, pela exportação de capitais japonesa para os EUA. O imperialismo japonês tor-

nou-se assim a primeira potência exportadora RFA com os EUA com um saldo negativo de 100 bilhões.

Mas como estes haveres estão justamente em boa parte sob a forma de empréstimos e obrigações em dólares, a queda do dólar significa uma perda do valor "real" destes haveres de cerca de 50%... se os proprietários japoneses venderem massivamente, o que eles procuram evidentemente evitar. O devedor "controla" o credor pelo medo de perdas catastróficas. Isto é verdade para o "terceiro mundo" com relação aos países imperialistas; é igualmente verdadeiro para os EUA com relação ao Japão.

Mas seria errôneo deduzir daí que os devedores ganham assim um "poder" durável com relação a seus credores. A resposta da burguesia japonesa, confrontada com a depreciação dos empréstimos americanos que ela detém, foi clássica, ou seja, transformar estes haveres quase-líquidos em "valores reais": comprar firmas (ou ações, ou terrenos) nos EUA e em outros lugares. Pois quando o yen se valoriza 50% com relação ao dólar e à libra esterlina, isto significa que as ações e as firmas americanas ficam muito mais baratas para os japoneses.

Efeitos internacionais da crise do dólar

A queda vertical de curso de câmbio

PARTICIPAÇÃO DOS EUA NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES MUNDIAIS: 1960-1984



tadora de capitais do mundo. Em 1985, ele detinha um saldo líquido de haveres estrangeiros com relação a somas devidas a estrangeiros de 130 bilhões de dólares, comparado a saldos líquidos de 90 bilhões da Grã-Bretanha e de 50 bilhões

cha com toda evidência um novo golpe a este sistema, e por ricocheteio ao conjunto da economia capitalista internacional. Representa sobretudo uma colossal desvalorização de capitais para todos os que detêm dólares ou créditos

ou recessão prolongada?

do dólar — papel-moeda de base do sistema monetário internacional — desfe- em dólar. É verdade que esta desvalorização (assim como a baixa momentânea das taxas de juros nos EUA) alivia um pouco os países do terceiro-mundo mais endividados. Mas este efeito benéfico é mais do que neutralizado pelos movimentos em sentido inverso provocados pela recessão americana, antes de tudo uma nova deterioração dos termos de troca.

Além disso, como é o caso dos países do terceiro-mundo, o endividamento crescente dos Estados Unidos leva a um movimento de bola de neve. Para os anos 1986-1990, espera-se um déficit acumulado do balanço de pagamentos dos EUA de 1 trilhão de dólares. Para conseguir as entradas de capital necessária para tapar este rombo, será necessário elevar as taxas de juros, o que agravará a recessão, e assim por diante.

Finalmente, os efeitos perversos da crise do dólar para a economia americana e capitalista internacional acentuam a tendência ao deslocamento de capitais do setor produtivo para setores improdutivo e puramente especulativos. A dívida pública nos EUA ultrapassou o nível astronômico de 2 trilhões de dólares. Apenas o serviço anual desta dívida se aproxima de 200 bilhões de dólares; ele agrava o déficit orçamentário e se alimenta regularmente do déficit do balanço de pagamentos que incha constantemente a dívida. Mas estes 200 bilhões de dólares embolsados cada ano pelos credores do governo dos EUA só são investidos produtivamente numa proporção mínima. Para ter uma idéia, basta compará-los aos 5,5 bilhões de dólares investidos correntemente pela burguesia japonesa nos EUA em um ano.

O mercado interno do Japão e da Alemanha Ocidental pode substituir o norte-americano como locomotiva da expansão?

A questão de saber se a "mini-recessão" atual de prolongará em uma recessão "normal", do tipo da de 1974-5 ou de 1980-82, se reduz em última análise à de saber se o mercado interno do Japão e da RFA podem substituir o mercado interno dos EUA enquanto "locomotiva" da economia capitalista internacional. A administração Reagan empreende esforços enérgicos, e mesmo desesperados, para levar Tóquio e Bonn a um esforço de "retomada" acentuado. O Japão e a RFA deveriam levar uma política de baixa sistemática das taxas de juros, a fim de inchar a demanda interna nos seus países, que absorveriam assim mais mercadorias americanas. Eis nossos "monetaristas" de ontem reconvertidos ao keynesianismo não apenas nacional mas até mesmo "internacional".

Até aqui, Tóquio e Bonn se negam, demonstrando uma vez mais que a hegemonia americana se desvaneceu depois de muito tempo. Seria difícil imaginar um "não" de sua parte em 1955 ou mesmo em 1965! Além de considerações de interesse de concorrência próprios de cada uma destas potências imperialistas, este "não" se apóia também em sólidos argumentos "técnicos", isto é, argumentos de política econômica bur-



A Alemanha e o Japão já se tornaram os dois maiores exportadores mundiais



guesa fundamentados do ponto de vista teórico. É duvidoso que nas condições atuais uma baixa das taxas de juros (já muito baixas) tenha os efeitos esperados.

Além disso, mesmo uma forte expansão da demanda na RFA e no Japão não faria mais do que compensar a queda das exportações (e das rendas de exportação) dos dois países. Dificilmente poderia compensar ademais a soma das perdas da demanda na América do Norte e no "terceiro mundo". Mas sem uma tal compensação, a demanda global em escala internacional continua deprimida ou mesmo em recuo, incapaz de provocar uma verdadeira retomada de economia capitalista no seu conjunto.

Toda política monetária expansiva no Japão e na RFA teria a tendência a apagar no todo ou em parte as vantagens competitivas que a burguesia destes dois países adquiriu com relação aos EUA, à França e a Grã-Bretanha. Seu interesse, à médio e longo prazo, é de conservar estas vantagens. Como a água ainda não lhe chegou à boca, ela está portanto pouco inclinada a sacrificar seus interesses a uma consideração de curto prazo: evitar a recessão.

Não está excluído que o efeito imediato da baixa do preço do petróleo e do preço das matérias primas vendidas em dólar dê uma vantagem competitiva adicional à indústria alemã-ocidental (e subsidiariamente à dos outros países da CEE), a ponto de compensar no imediato os efeitos da queda do dólar sobre sua capacidade de exportar. Neste caso, haverá uma dessincronização entre a continuação da "mini-recessão" na América do Norte e no Japão, e seu prolongamento na Europa. Com a defasagem já habitual entre a mudança da conjuntura na maioria dos países semi-industrializados ajudando, isto conduziria a uma dessincronização da conjuntura internacional durante alguns trimestres. Mas é improvável que esta dessincronização possa se estender a 12, ou a 18 meses.

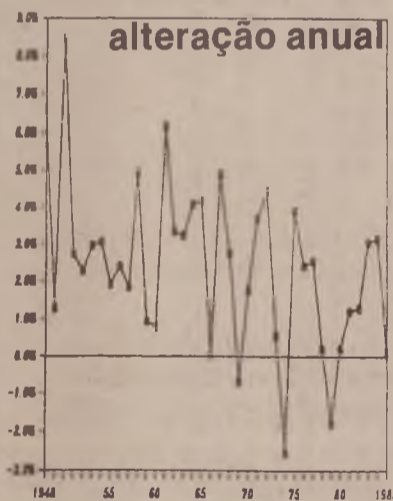
Perspectivas da depressão e de volta da inflação

A estas nuvens sombrias se juntam as sombras ameaçadoras de um novo ascenso da inflação. Em toda parte a massa monetária ultrapassa largamente as previsões das autoridades dos bancos centrais e as necessidades da economia produtiva. A causa principal deste inchaço está no déficit crescente das

finanças públicas e da segurança social, todos os dois resultantes da depressão econômica a longo prazo (e nos EUA, do novo ascenso do rearmamento). Acrescenta-se o recurso crescente ao crédito de consumo para atenuar as perdas de renda resultantes da política de austeridade de todos os governos burgueses.

Diversos economistas — inclusive os

Produção por hora nos EUA



da OCDE — se esforçam por tornar o aumento dos salários nominais que acompanha o fim da retomada de 1984-1985 em alguns países responsável pelo possível ascenso da inflação. O argumento não tem nenhum valor científico. A alta dos salários no fim da retomada não compensa nem mesmo a baixa durante a recessão precedente; e só concerne alguns países. No conjunto, os salários aumentaram mais devagar que a produtividade do trabalho ou diminuíram. É evidentemente o fato de que os bancos (e as autoridades monetárias) tenham adotado uma política monetária frouxa com respeito às empresas monopolistas que permite a elas transferir no mercado todo aumento de custos para defender seus lucros.

O que se esconde atrás deste argumento demagógico é o desencanto da

burguesia imperialista quanto ao efeito da crise sobre a evolução dos salários. Enquanto caíram de modo catastrófico (às vezes até 50%) na maioria dos países do terceiro mundo (Taiwan, a Coreia do Sul e Singapura constituindo as exceções), eles só diminuíram limitadamente nos países imperialistas, com a exceção da Espanha e Portugal. Apesar da amplitude do desemprego, as correlações de força não se modificaram de modo substancial em favor do Capital. Sobre tudo os ataques conta a Previdência Social inevitáveis, visto o déficit crescente das finanças públicas — se enfrentam a uma resistência feroz, inclusive nos EUA.

Nestas condições, uma saída relativamente rápida da depressão às custas da classe operária, do tipo 1940-45 (1933-1945 na Alemanha e no Japão) continua

pouco provável num futuro previsível.

Ocorre o mesmo com uma saída da depressão pela revolução tecnológica generalizada, com uma reestruturação do mercado mundial acompanhada pela sua ampliação. O caso da robótica é muito significativo a este respeito. Como nos encheram as orelhas com as perspectivas grandiosas que se abriam diante deste ramo novo! Toda a sociedade seria transtornada; o trabalho humano estaria mesmo a ponto de desaparecer. Hoje os patrões estão desencantados. Os progressos da "robotização" se fazem a passo de tartaruga e não a passo de gigante, justamente porque os investimentos produtivos, no seu conjunto, tendem a estagnar.

A grande incógnita continua a ser a possibilidade de uma crise de desmoronamento do sistema de crédito internacional, do tipo da de 1931, acompanhando a recessão presente.

Continuamos a pensar que é improvável, pelas razões muitas vezes indicadas. O governo dos EUA não pode deixar quebrar a Citicorp ou Morgan Guarantee, pelas simples razões de que o governo dos EUA é a Citicorp e a Morgan Guarantee. Mas há limites às capacidades (e à rapidez) de "salvamento" dos governos burgueses. É por isso que o "crack" não pode ser excluído. Que esta possibilidade se realize ou não, depende essencialmente de dois fatores: a amplitude da desvalorização do capital nos próprios países imperialistas (isto é, do número de grandes firmas que falirão ou que serão absorvidas em troca apenas de uma fração do valor de seus ativos fixos); e a amplitude da próxima crise de insolvência dos principais países devedores do "terceiro mundo".

VÍDEO E MOVIMENTO OPERÁRIO

Essa união pode dar bons frutos

Nos últimos anos, a produção de vídeos vem ganhando numerosos adeptos. Apenas em São Paulo, há 120 produtoras de vídeo.

Aqui, João Clodomiro do Carmo — jornalista e um dos fundadores da primeira Academia de Vídeos da América Latina — fala a EM TEMPO da importância da apropriação pelo movimento operário deste novo instrumento de comunicação

— João, qual o objetivo da Academia ao oferecer bolsas de estudo do curso de produção de vídeo para assessores e dirigentes do movimentos sindical?

João — O objetivo da Academia é exatamente mostrar para as lideranças do movimento operário que é possível se pensar no vídeo ajudando a organizar os movimentos a um custo razoavelmente baixo desde que os sindicatos comecem efetivamente a se preocupar com a comunicação. Isso é histórico para o movimento. Quando se inventou a imprensa, o movimento operário foi um dos primeiros a se apropriar do novo meio e a produzir panfletos. Há evidência de milhares de pequenos panfletos que saíram na época da invenção da imprensa. Hoje, a gente tem uma tecnologia nova que facilita imensamente a comunicação. Nada justifica o fato do movimento operário não se apropriar desta tecnologia. E eu considero esse meio eletrônico de uma vantagem enorme em relação aos meios convencionais, inclusive o impresso. Porque as pessoas, particularmente no Brasil, estão acostumadas a ver vídeo, gostam de ver televisão. A cultura visual chegou antes da cultura letrada. Então, produzir vídeo é a comunicação mais fácil de chegar nas pessoas. Muito mais fácil que um panfleto ou um jornal.

A cultura visual chegou antes da cultura letrada. Então, produzir vídeos é a comunicação mais fácil que um panfleto ou um jornal.

— Atualmente o vídeo já vem sendo utilizado por alguns sindicatos maiores. Como alguém que trabalha muito o uso do vídeo, como você avalia as experiências que têm sido realizadas?

João — No momento, os vídeos servem para propostas locais. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tem o vídeo, utiliza para as suas lutas, para as suas formas específicas de reivindicação e documentação, registro. Mas um dos problemas mais sérios em

torno do vídeo é esse conceito de que ele é registro. Na verdade, o vídeo se presta mais especialmente para a ação. Por exemplo, no processo de organização de uma greve, se você registra a discussão com os patrões, o jogo da negociação e passa isso antes da assembleia, o vídeo deixa de ser registro e interfere na decisão da assembleia.

Assim, hoje alguns sindicatos estão utilizando o vídeo sim, só que para registro e ainda com problemas localizados. Agora, a hora em que as entidades comecem a pensar no dia-a-dia os problemas nacionais, as reivindicações nacionais, aí o vídeo entra como um educador, como um organizador e como um instrumento efetivo de luta em todos os processos de embate com os patrões.

O vídeo tem uma diferença muito grande com relação às formas anteriores de expressão como o cinema e a televisão porque a aquisição dele representa um investimento que eu acredito que pelo menos 50% dos sindicatos urbanos já podem adquirir. Custa 30, 35 mil cruzados o equipamento básico. Mas a produção é muito barata. Depois de instalado o equipamento não há como não produzir.

Porque a fita, que custa duzentos ou trezentos cruzados, pode ser utilizada em muitas vezes, cerca de quinhentas reutilizações da mesma fita. Se o sindicato quer ter um registro, aí a coisa começa a ficar cara. Mas eu defendo o vídeo mais como vídeo-ação, como um instrumento de luta, isto é, você acabou de fazer você apaga. Ou então alguma entidade se responsabiliza por centralizar esta documentação. Eu acharia um erro cada sindicato tentar organizar uma vídeo-teca. Seria melhor que houvesse fitas circulando e que cada sala de sindicato se tornasse uma sala de exibição de vídeo.

Na minha opinião, o vídeo tem um componente inovador. Ele permite mudar o lance do monopólio. O vídeo tem um sentido democratizante.

— Você disse que o custo de investimento é de cerca de 35 mil cruzados.

Mas o que é necessário pra produzir vídeo?

João — Esses trinta ou trinta e cinco mil cruzados é o custo básico para a aquisição do aparelho de gravação, uma câmara e um gravador.

Para produzir o vídeo, você precisa de uma câmara, um gravador, um monitor e uma fita. O monitor é um aparelho de televisão normal, comum, qualquer sindicato pode adquirir. A câmara, para filmar a cores, custa hoje em torno de 35 mil cruzados (há equipamentos mais baratos, mas o mais moderno tem esse custo). Com este equipamento, dá para produzir uma fita de razoável qualidade, mas sem muita elaboração de produção. Agora, a partir deste equipamento básico, o sindicato pode fazer as produções. Depois, você pode adquirir uma cruzeta de iluminação. Aí te permite fazer gravações à noite. Ela pode ser feita até no próprio sindicato: uma cruz literalmente, com cinco lâmpadas. Quando for possível adquirir uma segunda cruzeta, você poderá fazer gravações à noite sem sombras. Depois, você pode adquirir um gravador adicional, o que dá para fazer o que é chamado edição seleção de trechos, montagem. Com o mesmo material bruto, você pode produzir as variações. Por exemplo: a fala de um líder operário sobre uma greve pode ilustrar um programa sobre o que defender na Constituinte ou para ilustrar um vídeo sobre a atuação sindical.

— Na sua opinião, qual o impacto que a emergência do vídeo tem sobre a comunicação em geral?

João — As escolas de Comunicação sempre tiveram uma certa resistência a entrada do vídeo, e isso se deveu muito a uma corrente de pensamento da Escola de Franckfurt, de teóricos da Comunicação que tinham fortes restrições à cultura de massa e aos meios eletrônicos principalmente. E o vídeo pega toda essa onda. Como eles vinham resistindo à televisão principalmente, toda a carga de preconceito vem pra cima do vídeo. Na minha opinião, o vídeo tem um componente inovador. Ele permite mudar o lance do monopólio, de uma fala só ser transmitida em rede para todo o país. O vídeo tem pelo menos um sentido democratizante. Ele difere da televisão neste sentido, permiti-

tando que outras falas sejam expressas através do meio. Claro que a gente não pode saudar o vídeo como a tecnologia democrática porque tem a restrição do preço, tem as restrições da técnica e do próprio modo de usar. Mas que existe esse componente diferenciador, isso eu não tenho dúvidas. Enquanto a televisão depende de uma concessão estatal, o produzir vídeo não depende. Você pode produzir e veicular. Só permanecem os problemas de distribuição.

Por exemplo, você tem o equipamento técnico, você pode se expressar diante da câmara, mas para quem você vai falar? Como é que faz pra prosseguir. É aí que é preciso ter um senso alternativo. Dá pra você construir uma rede nacional de distribuição de vídeo, de fitas alternativas.

Hoje o movimento sindical começa a produzir vídeo. Há pelo menos uns vinte e seis sindicatos que eu tenho notícia que estão com equipamento de vídeo, mas a produção não só é de baixa qualidade como também não é suficiente para ainda se pensar nessa rede nacional. Melhor, talvez estejamos iniciando o tempo para começar a se pensar nessa rede de exibição nacional. Mas eu tenho certeza que a hora em que as produções comecem a ser mais abrangentes, envolvendo mais assuntos, mais questões, a necessidade dessa rede vai ficar colocada.

Se um determinado movimento resolver jogar no ar a sua fala, as suas ondas, a sua expressão, não há nada no país que possa parar isso aí.

E a coisa vai ainda mais longe. O sindicato descobre algo importante: as ondas magnéticas que estão no ar pertencem à sociedade. O estado se apropriou delas mas é uma apropriação ilegal. Essa discussão hoje ainda não está colocada para o movimento operário. Mas, então, se um determinado movimento resolver na assembleia jogar no ar a sua fala, as suas ondas, a sua expressão, não há nada no país que possa parar isso aí. Vai chegar o momento em que o movimento operário vai ter que se ocupar também desta questão. O movimento operário vai ter que reivindicar o direito ao acesso às ondas de transmissão.

Haveria, então, duas formas de atuação. Em primeiro lugar, estabelecer um circuito nacional de exibição, salas. O segundo é enfrentar o estado. Se um sindicato reivindicar um canal desses, por que não? E se o estado não conceder, por que não jogar essa fala sem a concessão do estado, já que a sociedade nunca se pronunciou sobre essa questão?

Se uma nação indígena do sul do Pará quer jogar um programa no ar e não quer a concessão do Dentel, quem vai dizer que não tem direito? E, por incrível que pareça, isso está acontecendo: uma nação Gavião do sul do Pará está programando a instalação de uma emissora de rádio.

Academia de Vídeo vai doar bolsas de estudo a militantes sindicais

A partir de outubro, os trabalhadores ligados a grupos de vídeo e que estejam atuando em sindicatos, partidos ou associações, poderão fazer um curso gratuito na Academia Brasileira de Vídeo. A empresa já está aceitando inscrições para bolsas de estudo, que podem ser feitas diretamente na sede da Academia (Praça Benedito Calixto, 113, Pinheiros) ou pelo telefone 883.0633. Inicialmente serão oferecidas vinte vagas,

duas para cada modalidade de cursos oferecidos pela Academia de Vídeo. O processo de seleção será através de uma redação simples, mostrando como o interessado, aplicaria o conhecimento da produção de vídeo no momento, partido, ou sindicato a que está vinculado. As inscrições para bolsas vão até 31 de outubro. O processo de seleção será durante o mês de novembro e os primeiros cursos realizados a partir de 2 de janeiro de 1987.

**Nove anos de
luta pelo socialismo**

Por que assinar EM TEMPO?

Adeli Costa



Fernando Gabeira

No momento, em que no Brasil a grande imprensa está cada vez mais comprometida com o grande capital, é fundamental fortalecer a imprensa alternativa. E o **Em TEMPO** cumpre o papel fundamental por estar ligado às causas populares.

Fernando Gabeira é candidato ao governo do Rio de Janeiro pela coligação PT/PV.

Arquivo EM TEMPO



Olívio Dutra

EM TEMPO está completando nove anos de existência. Quase uma década. A imprensa popular, alternativa e democrática não é uma dádiva da "Nova República". Como tudo que tem compromisso com a classe trabalhadora e seu projeto de socialismo, é resultado de muitas lutas, perseverança e coragem. Penso que em breve — pensamento que tomara seja compartilhado pelos companheiros do **EM TEMPO** — com base na experiência até aqui acumulada, possamos ter não vários jornais e publicações petistas apoiando o PT, mas um só jornal do PT, vibrante, pluralista nas idéias que do ponto de vista dos trabalhadores colocar para debate. Mas unitário e com o objetivo maior de construir o nosso partido e uma sociedade sem explorados e exploradores.

Olívio Dutra é vice-presidente nacional do PT.



Arquivo EM TEMPO

Geraldo Cândido

É importante ler o jornal **EM TEMPO**, que tem contribuído durante os 9 anos de sua existência com uma visão política de esquerda, demonstrando, em suas matérias, uma firme convicção em defesa do movimento operário, popular e sindical, em defesa do socialismo. O **EM TEMPO** em muito tem ajudado na formação política de vários militantes operários, sindicais, populares, estudantis. Parabéns pelos nove anos.

Geraldo Cândido é presidente licenciado da CUT-JR, presidente do Sindicato dos Metroviários e candidato a deputado federal pelo PT.



Março Aurélio Coulo

Flávio Koutzii

Saúdo os nove anos do **EM TEMPO**. Ele é cada dia mais importante na medida que possibilita um debate mais profundo e clarificador dentro do PT. A consolidação do projeto petista passa pela construção de sua democracia interna.

O jornal **EM TEMPO** é uma das ferramentas sistemáticas e intelegíveis para articular este debate. A pluralidade própria do PT — que é uma das suas riquezas — deve alimentar-se da explicação precisa e clara dos pontos de vistas políticos. Por isso que entre a conversa vaga, imprecisa, cochichada (que não sistematiza nem responsabiliza), um jornal é muito mais sério e educativo. O PT não conseguiu construir ainda seu jornal central. O trabalho para que ele seja construído não suprime aqueles que permitem um debate mais completo e complexo dos nossos caminhos.

Flávio Koutzii é candidato ao senado pelo PT do Rio Grande do Sul.



Arquivo EM TEMPO

Kleber Frizzera

As notícias e as análises do **EM TEMPO** sempre contribuíram para a construção do PT. Ao mesmo tempo, o jornal nos dá uma visão mais geral das lutas que são travadas no país e no exterior, sob o ponto de vista dos trabalhadores.

Como dirigente petista sempre li o **EM TEMPO**, pois o considero um valioso instrumento na construção do PT socialista que todos queremos.

Kleber Frizzera é presidente do PT da cidade de Vitória e candidato a deputado estadual.



Arquivo EM TEMPO

Emmanuel Appel

Acompanho a trajetória do **EM TEMPO** desde o início e por isso mesmo posso testemunhar como está inserido na luta maior pela libertação da classe trabalhadora. Quero registrar minha solidariedade (e não aquela solidariedade das boas maneiras, por imposição de elegância liberal, mas solidariedade de companheiro de jornada. **EM TEMPO** tem dado o melhor na construção do PT e, na perspectiva dos trabalhadores, sabe que o futuro não está privado de história.

Emmanuel Appel é candidato ao governo pelo PT do Paraná.

Assine EM TEMPO:

Um jornal na luta dos trabalhadores.

Quero assinar Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

Apoio: Cz\$ 100,00. Oferta: Cz\$ 60,00. Normal: Cz\$ 40,00.

Obs: A primeira ou segunda opção dá direito a receber um dos seguintes livros (marque sua opção com um x):

- Da Crítica ao Populismo à Construção do PT, de Raul Pont.
- A Teoria Leninista da Organização, de Ernest Mandel.
- Caminhos da Construção, de Agamenon Vieira.
- Pacto Social: Da Negociação ao Pacote, de Reginaldo Moraes.

Nome:.....
Endereço:.....
CEP:..... Cidade:..... Estado:.....

Recorte o cupom e envie juntamente com um cheque nominal à Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo, SP.

EM TEMPO

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Álvaro Merlo, Raul Pont.
Journalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guaajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bomfim — CEP 90.000 — fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **Goiania:** Caixa Postal 469 — CEP 74.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.
Composto e impresso na Companhia Editora Jorués — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

Fazenda Annoni

O Brasil inteiro viu na televisão algumas centenas de colonos desarmados enfrentarem milhares de policiais militares à beira de uma estrada num longínquo rincão do Rio Grande do Sul, conhecido por Fazenda Annoni. Quem são estes homens e mulheres que são acusados pela "Nova República" de estarem urdindo uma trama para desestabilizar o governo?

Elvino Bohn Gass, secretário rural da CUT-RS e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, esteve na Fazenda Annoni.

É um pouco da história destes homens e mulheres que ele nos conta aqui.

Márcia Camargo



O "Presídio Brossard-Soares"

Quantos são os colonos acampados na Annoni e o que reivindicam eles?

Elvino — São aproximadamente 1.500 as famílias acampadas nos 9.500 hectares da Annoni, que estão improdutivos e em processo de desapropriação há 14 anos. Esse pessoal que está na Annoni quer 32 mil hectares de terra para assentar as 1.500 famílias. Há, no RS, 19 mil hectares de terra desapropriados, mas os proprietários entraram com mandatos de segurança na justiça, alegando que suas terras são produtivas.

Dia 29, quando se deu o confronto com a polícia militar, os colonos estavam na estrada prontos para partir. Para onde iam?

Elvino — Para forçar uma solução. Já que mais uma vez passou a época do plantio e nenhuma família ainda foi assentada, os colonos decidiram fazer uma caminhada em direção às terras desapropriadas, em Cruz Alta. Dia 29 iria se iniciar a caminhada. Já no dia anterior o policiamento chegou à Annoni. Reforços da Brigada Militar de várias localidades do Estado, mais de mil homens. Bloquearam a estrada. Cercaram a Fazenda. Cavalaria, cães, fuzis e metralhadoras. O objetivo era isolar os colonos dentro da Annoni e impedir a chegada de apoio de fora.

Foi quando você chegou ao acampamento na caravana de sindicalistas?

Golpes de baioneta, coronhadas de espingarda e fuzil, socos e pontapés. Cinquenta colonos foram feridos, entre eles 26 mulheres e crianças.

Elvino — Na manhã do dia 29 todo este efetivo foi usado para impedir o acesso de sindicalistas rurais e urbanos e da população solidária ao acampa-

mento. Nosso ônibus, que chegou na madrugada do dia 29, foi cercado pela PM e forçado a retornar. Mais tarde conseguimos voltar e nos aproximar do acampamento. Enfrentamos uma primeira barreira a 4 km do acampamento e depois ficamos novamente retidos a 1 km do acampamento. Neste local, na manhã do dia 29 deu-se um enfrentamento brutal.

Como foi isso?

Elvino — Os acampados, já preparados para iniciar a caminhada, aproximaram-se dos PMs. A ordem de comando foi: fazer os colonos recuarem para os limites da Fazenda a qualquer custo. Golpes de baioneta, coronhadas de espingarda e fuzil, socos e pontapés. Cinquenta colonos foram feridos, entre eles 26 mulheres e crianças. Neste primeiro enfrentamento, os colonos foram jogados para a beira da estrada, dispersaram-se pelo trigal próximo e foram perseguidos pelos policiais. Os feridos foram recolhidos pelos colonos e levados de volta ao acampamento. Só mais tarde, após negociações, puderam ser levados a um hospital.

Além de todo o policiamento estadual, o ministro Brossard ameaçou os colonos com tropas do exército. Isto os colonos representaram colocando à porta do acampamento uma placa com os dizeres "Presídio Brossard-Soares". Apesar do que diziam as autoridades e o comandante Narvaez, os colonos estavam sitiados. Todos os que conseguiram entrar no acampamento foram identificados, insultados, ameaçados pelos policiais. Entre uma barreira e outra até o acampamento, colonos e visitantes eram espancados com socos, pontapés, pisões e tinham sua barba arrancada por policiais.

E como era o dia-a-dia do acampamento?

Elvino — A cada dia, no acampamento os sem-terra reuniam-se, discutiam, faziam celebrações, recebiam visitas. Apesar do clima de tensão, cerca-

dos em cárcere improvisado pelo governo, os colonos mantinham-se firmes em sua decisão de irem em direção às terras.

O enfrentamento do dia 29, que per-

"Temos armas, sim. Mas é enxada, foice e outras ferramentas de trabalho. Se o governo procura armas, sabe que pode encontrá-las com a UDR".

manece como ameaça até hoje, provou a todos o que já estava claro para os colonos: não existe, por parte do governo, interesse real pela solução do problema agrário. O governo alega que a culpa é do judiciário, pela demora na solução dos processos, mas nós sabemos que esta "demora" combina com os interesses dos proprietários, que estão ocupando as terras antes paradas, para especulação e em processo de desapropriação como improdutivas, com gado e culturas de ciclo curto. O gado é emprestado de outros proprietários e a isto o governo assiste sem intervir. Outra prova de que a culpa não é só da morosidade do judiciário é a de que, por informação do próprio ministro Dante de Oliveira, dos 12 bilhões de cruzados de que se precisava para cumprir as metas de assentamento do biênio 86/87 foram liberados somente 1,2 bilhões. Tudo isto deixa claro aos colonos que sem sua ação direta a reforma agrária não sairá do papel.

E as armas que os colonos mantinham no acampamento, segundo o comandante Narvaez?

Elvino — O governo e a PM tentaram justificar sua presença no local com o argumento de que pretendiam manter a ordem e impedir que "os colonos usassem as armas que mantinham no acampamento". Repito aqui o que os próprios sem-terra disseram:

"temos armas, sim, no acampamento. Mas é enxada, foice e outras ferramentas de trabalho. Se o governo procura armas, sabe que pode encontrá-las, com a UDR e as milícias de jagunços dos latifundiários."

Qual a disposição dos colonos agora?

Elvino — Dia 9, 150 colonos conseguiram furar a barreira policial e iniciaram a caminhada. Chegaram próximo a Palmeira das Missões, onde foram barrados pela polícia. Após negociações, foram levados de volta ao acampamento. Agora, os colonos decidiram plantar na área da própria Fazenda. A polícia que tinha impedido outras tentativas deste tipo, até o momento não interveio, pois isso exigiria a invasão do acampamento e, na atual disposição dos colonos, poderia gerar sérios enfrentamentos.

Qual é a situação no acampamento?

Elvino — O acampamento está passando por sérias dificuldades: falta alimentos e as condições de saúde são precárias, crescendo a intranquilidade pela permanência do aparato policial. Enquanto os colonos estão lá, numa situação difícil, na Comissão Agrária gaúcha não surge qualquer solução. Os partidos da burguesia e o governo do Estado, sentindo o desgaste aos olhos da população, mesmo não tendo interesse na reforma agrária, começam a levantar a possibilidade de comprar terras através do governo do Estado.

Como o movimento sindical urbano e rural vai levar seu apoio aos sem-terra?

Elvino — Dia 19 haverá um ato de solidariedade, no local onde estiveram os colonos. O movimento dos sem-terra tem dado um exemplo muito concreto de resistência e luta. Todos nós, sindicatos, entidades do movimento popular e partidos políticos que defendem os interesses dos trabalhadores, vamos assumir esta luta.